



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX – Nº 100

QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1994

BRASÍLIA – DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 107ª SESSÃO, EM 24 AGOSTO DE 1994

1. 1 – ABERTURA

1. 2 – EXPEDIENTE

1. 2. 1 – Avisos de Ministros de Estado

– Nº 860/94, de 18 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 351, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda.

– Nº 25/94, de 19 do corrente, do Ministro da Aeronáutica, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 162, de 1994, de autoria do Senador Pedro Simon.

– Nº 613/94, de 19 do corrente, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 413, de 1994, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Gerson Camata.

– Nº 1.294/94, de 19 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 473, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda.

1. 2. 2 – Ofícios

– Nºs 361 e 377, de 1994, da Liderança do Partido Progressista – PP, na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em Comissões Mistas.

– Nº 275, de 1994, da Liderança do Partido Verde – PV, de indicação de membro em Comissão Mista.

1. 2. 3 – Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON – Homenagem póstuma ao ex-Presidente Getúlio Vargas, nos 40 anos de seu suicídio e uma análise histórica dos acontecimentos. Transcrição da nota da Presidência da República, divulgada ontem, na qual o Senhor Itamar Franco determina ao Ministro da Educação que mande editar a Carta-Testamento de Vargas, com texto introdutório e explicativo, para leitura e análise em nossas escolas de primeiro grau. Esclarecimentos sobre o episódio ocorrido quando da elaboração do Orçamento Geral da União para o exercício de 1993, tendo S. Exª apresentado emendas sugeridas pelo Governo do Rio Grande do Sul.

SENADOR MOISÉS ABRÃO – Considerações a respeito da licitação realizada para as empresas que formarão o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, e acerca da cobiça internacional sobre a Região.

SENADOR GILBERTO MIRANDA – Críticas à tributação das empresas estatais, e, em especial, da Petrobrás. Apelo ao novo Secretário da Receita Federal para iniciar uma fiscalização eficaz nas estatais.

SENADOR AMIR LANDO – Suicídio de Getúlio Vargas. Transcurso de 2 anos da leitura do Relatório da CPI que afastou o Presidente Collor. Denúncia da influência do poder econômico nas campanhas eleitorais de Rondônia.

SENADOR ÁUREO MELLO – Homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, no papel de partidário do PTB da época.

SENADOR AMIR LANDO – Audiência de S. Exª com o Ministro das Minas e Energia, sobre a obra deste Governo para transmissão de energia elétrica da Usina Samuel, no Estado de Rondônia.

1. 2. 4 – Leitura de Projeto

– Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1994, de autoria do Senador Júlio Campos, que "altera dispositivos da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências".

1. 2. 5 – Requerimento

– Nº 657, de 1994, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro da Fazenda informações que menciona.

1. 2. 6 – Comunicação da Presidência

– Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

1. 2. 7 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO SUP LICY – Expectativa diante do debate entre os candidatos à Presidência da República previsto para esta noite. Considerações sobre a Proposta Orçamentária da União para 1994 e as distorções nela contidas. Justificando o Requerimento nº 657/94, lido nesta sessão, de informações ao Ministro da Fazenda

SENADOR REGINALDO DUARTE – Transcurso do "Dia do Soldado", em 25 de agosto. Homenagem a Duque de Caxias.

SENADOR HENRIQUE ALMEIDA – Fundamental importância de uma reforma constitucional capaz de bem situar o Brasil no novo contexto mundial, o que deverá ser proposto pelo sucessor do Presidente Itamar Franco.

1. 2. 8 – Comunicação da Presidência

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
 AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
 LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
 LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,53

Tiragem: 1.200 exemplares

– Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 15 horas, com Ordem do Dia que designa.

1. 3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO PRESIDENTE

– N°s 255, 259 e 276, de 1994 (Republicações)

– N° 271, de 1994 (Apostila – Republicação)

– N° 289, de 1994

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

– N° 79, de 1994 (Republicação)

– N° 112, de 1994

4 – MESA DIRETORA

5 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA DA 80ª SESSÃO,
REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 1994

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN, Seção II, de 5 de julho de 1994, na página 3877, 1ª coluna, no item 1.2.5 – **Requerimento**, relativo ao Requerimento n° 534, de 1994,

Onde se lê:

...licença no dia 30 de junho de 1994,...

Leia-se:

...licença nos dias 21 a 30 de junho de 1994,...

Ata da 107ª Sessão, em 24 de agosto de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs.: Júlio Campos, Gilberto Miranda, Amir Lando e Aureo Mello

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Amir Lando – Antonio Mariz – Aureo Mello – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Eduardo Suplicy – Eptácio Cafeteira – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Irapuan Costa Júnior – Jacques Silva – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Jasaphat Marinho – José Fogaça – José Paulo Bisol – Júlio Campos – Magno Bacelar – Marco Maciel – Mário Covas – Maurício Corrêa – Meira Filho – Moisés Abrão – Pedro Simon – Reginaldo Duarte – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Barcelar – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

N° 860/94, de 18 do corrente, do Ministro de Saúde, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento n° 351, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda.

N° 25/94, de 19 do corrente, do Ministro da Aeronáutica, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento n° 162, de 1994, de autoria do Senador Pedro Simon.

N° 613/94, de 19 do corrente, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento n° 413, de 1994, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Gerson Camata.

N° 1.294/94, de 19 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento n° 473, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda.

As informações foram encaminhadas, em cópias, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

Of. Lid. PP n° 361/94

Brasília, 9 de agosto de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar, como representantes do Partido Progressista, em

substituição aos já indicados, junto à Comissão Mista destinada a proferir Parecer sobre a Medida Provisória nº 572, o Deputado Jofran Frejat, na qualidade de Titular, e o Deputado Mário de Oliveira, na qualidade de Suplente.

Ao ensejo, expresso a Vossa Excelência protestos de elevada consideração. – Deputado **Raul Belém**, Líder do Partido Progressista – PP.

Of. Lid. PP nº 377/94

Brasília, 9 de agosto de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar, como representantes do Partido Progressista, em substituição aos já indicados, junto à Comissão Mista destinada a proferir Parecer sobre a Medida Provisória nº 574, o Deputado Sérgio Naya, na qualidade de Titular, e o Deputado Alberto Haddad, na qualidade de Suplente.

Ao ensejo, expresso a Vossa Excelência protestos de elevada consideração. – Deputado **Raul Belém**, Líder do Partido Progressista – PP.

Of. nº 275/GAB/94

Brasília/DF, 16 de agosto de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Sidney de Miguel – PV/RJ, como titular e do Deputado Sigmaringa Seixas – PSDB/DF, como suplente para compor a Comissão Mista incumbida de emitir Parecer sobre a Medida Provisória nº 578, de 11 de agosto de 1994 que dispõe sobre a criação dos cargos em comissão que menciona.

Atenciosamente. – **Sidney de Miguel**, Deputado Federal, (PV/RJ)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar de uma data que, de certa forma, desde os bancos acadêmicos, aprendi a respeitar: a data de 24 de agosto.

Lembro-me bem que, ainda jovem estudante, fui um dos muitos brasileiros que foi surpreendido com a notícia do suicídio do Presidente Vargas.

Um pouco antes, na minha terra, Caxias do Sul, o Presidente Vargas havia participado das comemorações da chamada "Festa da Uva". Na oportunidade, jovem estudante, a comunidade indicou-me para fazer uma saudação. Chamava a atenção, já àquela altura, o ambiente preocupado e a tensão do presidente. É impressionante que, de 1954 até hoje, ainda existe polêmica, discussão e interrogação sobre a figura do estadista.

Penso que, em toda a História do Brasil, não há um nome que tenha aventado, em torno de si, tantas interrogações e tanto respeito.

O Brasil é um país que não cultua a memória dos seus homens públicos, dos seus políticos, dos seus heróis. Infelizmente, o Brasil é um país de memória muito curta, exageradamente curta. Nos Estados Unidos, nós nos emocionamos com o culto à memória dos homens que fizeram a história daquele país. Em Washington, vemos delegações de todo o país e notamos a emoção com que percorrem os caminhos da capital, a emoção com que vêem o Memorial de Lincoln, de Jefferson. Lá, cada estado tem o direito de colocar três imagens no Capitólio, em homenagem a seus filhos ilustres.

Aqui no Brasil, temos ilustres homens públicos, que fizeram a nossa História. Desde o início até hoje, desde os mais singelos, os mais importantes, temos por que nos orgulhar da nossa História. Infelizmente, não se dá importância a esse assunto, nem nos bancos escolares nem aqui fora.

Hoje, o Presidente Vargas, passados quarenta anos, tem o direito de ser interpretado e analisado. Creio que hoje temos o direito de analisar a figura do Estadista Vargas com a frieza da História que analisa o homem, os vultos que a constroem, que a fazem.

Por isso, Sr. Presidente, trago a esta Casa a nota da Presidência da República, assinada ontem, e que invoca esse sentimento do qual falo. A partir da publicação desta nota do Presidente Itamar Franco, nós passamos a interpretar a figura de Vargas na História.

"NOTA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Poucos homens deixaram, na História do Brasil, presença tão forte como a deixaram Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Getúlio foi o primeiro político brasileiro de expressão a se dirigir diretamente ao povo, a aceitar o povo como senhor do destino nacional. Até então, primeiro com o voto censitário e, mais tarde, proclamada a República, com o sistema da verificação de poderes, as elites políticas não se preocupavam com os trabalhadores. Bastava-lhes contar com os chefes oligárquicos, senhores dos votos por atacado.

Assim como, com a Aliança Liberal, em 1930, e com o Partido Trabalhista Brasileiro, em 1945, Getúlio chamou o povo a fim de que fizesse a Pátria e a sua História, o grande estadista foi o primeiro homem público brasileiro a conceber um projeto nacional de desenvolvimento autônomo e a lutar por sua realização, o que foi prosseguido por Juscelino e seu extraordinário e vitorioso programa de metas.

Quaisquer que possam ser as versões dos historiadores futuros, sobre o que ocorreu naquela manhã há quarenta anos, uma coisa todos sabemos: Getúlio foi um homem que amou seu país e amou o seu povo e pelo seu povo e seu país preferiu preservar o caráter e a paz social, a preservar a própria vida. Ele nos quis dizer que só pode haver esperança se ela for companheira da honra, e que, sem o exercício da soberania nacional, qualquer progresso é indigno.

Estou determinando ao Ministro da Educação que mande editar a Carta-Testamento de Vargas, com texto introdutório e explicativo, para leitura e análise em nossas escolas de primeiro grau. É a homenagem que, como Presidente da República, presto ao grande brasileiro, no quadragésimo aniversário de sua morte.

Brasília, 23 de agosto de 1994. – **Itamar Franco**."

Foi uma feliz iniciativa do Presidente da República, que não está determinando que nos colégios se passe a cultuar a memória de Getúlio Vargas. Sua Excelência está solicitando que nos colégios se comece a discutir e a interpretar a leitura e a análise da questão.

Parece-me de uma oportunidade absoluta, porque agora figuras como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek já podem ser analisadas como estadistas, por pessoas que analisam com independência e não com a paixão de quem era contra ou de quem era a favor.

Começo por analisar duas questões que me parecem importantes:

O mar de lama do Palácio do Catete, passado o tempo, verificou-se que de lama não tinha nada. O Presidente Getúlio Vargas, filho de uma família tradicional, possuidora de estâncias e mais es-

tâncias, quando faleceu, deixou de herança para os seus filhos muito menos do que tinha recebido do seu pai. Depois de ser Presidente da República por vinte anos, deixou para os seus filhos menos do que havia recebido dos seus pais. Isso me parece um fato importante, fundamental! Trata-se de um homem que ocupou a Presidência da República por vinte anos, um homem que exerceu um poder, inclusive absoluto, e não se tem sequer uma vírgula contra a sua honra e a sua dignidade. Mar de lama! Essa foi a expressão usada por aqueles que não o aceitavam, em 1950, e que desde que ele voltou, nesse mesmo ano, tramavam contra a sua posse e continuaram tramando até a sua morte, em 1954.

O segundo ponto que faço questão de salientar diz respeito exatamente a sua morte. Nós encontramos homens públicos que caíram das mais variadas maneiras: golpe (Jango foi derrubado por um golpe); renúncia (Jânio Quadros é um exemplo)... Que coisa estranha é a nossa História! No dia 22 de agosto, morreu Juscelino; no dia 24 de agosto, suicidou-se Getúlio; e no dia 25 de agosto, renunciou Jânio Quadros. Tudo isso em três dias do mês de agosto! Collor foi afastado, João Goulart foi derrubado e Tancredo Neves morreu antes de assumir, ou melhor, ficou doente no dia em que ia assumir a Presidência da República. No entanto, presidentes assassinados, a exemplo de Kennedy e tantos outros, não temos em nossa História.

Em um debate do qual participei em uma universidade americana, alguns estudantes me perguntaram por que há tantos golpes de estado na América Latina, principalmente no Brasil. Respondi que usávamos ainda uma fórmula meio antiquada, é verdade, e deveríamos superar isso, como eles, americanos, teriam que superar a mania de querer assassinar presidentes. Temos que terminar com os golpes de estado e eles têm que terminar com a mania de tentar assassinar presidentes.

O Presidente Vargas é um caso diferente; é um gesto diferente. Temos que analisar o gesto de Vargas sob dois ângulos: ele e sua consciência, sua dignidade e ele e a nação. Ele e a nação: Não há dúvida de que tínhamos perspectivas de uma luta armada, quase uma guerra civil. Ele e a sua consciência: à humilhação, ao espezinhamento e à perspectiva de uma luta armada, ele preferiu o suicídio. Os militares não aceitavam a sua licença, exigiram a sua renúncia naquele momento. O presidente foi sendo deposto com frieza e rudeza e elaborou uma carta-testamento com sua análise pessoal. E creio ser muito difícil, se olharmos a História da Humanidade, uma reversão tão rápida e tão fantástica quanto a que ocorreu.

Lacerda, um tribuno fantástico, um homem que ocupava o rádio como ainda não se encontrou ninguém semelhante... ele empolgava o rádio. Naquela madrugada de 24 de agosto, ele conclamou São Paulo e Rio para que fossem organizadas caravanas de automóveis para desfilarem em frente ao Catete e exigirem a renúncia do presidente.

Havia um movimento fantástico preparado contra o Presidente Getúlio Vargas. Após sua morte, na medida em que era lido o texto da sua carta, foi uma reversão de 180 graus. As pessoas que pensavam assim se escondiam, e o povo vinha para as ruas. Lembro-me, jovem, em Porto Alegre, do que fizeram com a Rádio Farroupilha, com o *Diário de Notícias*, com as sedes dos partidos que representavam a oposição ao Dr. Getúlio. Foram movimentos de uma espontaneidade fantástica que não tinham absolutamente nada senão a vontade popular.

Creio que o suicídio de Vargas evitando uma guerra civil, o suicídio de Vargas contra o protesto, contra a mobilização que queria manchar e desmoralizar a sua honra e a sua dignidade, é o gesto de um estadista sobre o qual se deve meditar.

Penso na figura de Vargas, realmente, na obrigação que temos de vê-la no seu conjunto.

Lembro-me que, no aniversário de 30 anos da morte do Dr. Getúlio, convidaram-me para ir à *Folha de S. Paulo* para um debate sobre sua morte e a Revolução de 30. Fui preparado para uma discussão, mas vi que, na verdade, era eu de um lado e todos os outros que estavam ali, contrários. O que eles consideravam fundamental é que a Revolução de 30 teria terminado e derrubado um governo legítimo, eleito democraticamente.

E o episódio de 1937? Creio que não havia democracia no país até 1930. Claro que havia eleição, claro que saía um presidente e entrava outro, mas a população efetivamente de nada participava. As eleições tinham cartas marcadas, listas prontas, voto aberto; eram praticamente um sintoma daquilo que não era real.

Em 1930 nasceu outro país, e com ele o voto secreto, a participação, a realidade da sociedade, o fim da sociedade monocultora, o desenvolvimento e a transformação para um país industrial, a criação da legislação social, da grande indústria brasileira, a criação da pátria como pátria.

No Rio Grande do Sul, até o Governo do Dr. Getúlio Vargas, tínhamos regiões onde só se falava italiano, alemão e em outras onde o sentido de nacionalidade não existia, o sentido de país não existia. Se enumerássemos as obras e as realizações de Getúlio Vargas como primeiro mandatário, a fixação que ele fez da História do nosso país, levaríamos um tempo enorme.

Aí vem a segunda questão que se levanta e se chama 1937. Nunca defendi 37; sou da escola de Alberto Pasqualini, que sempre se posicionou contrário ao que foi 1937. Em 1937 fechou-se o Congresso Nacional, baixou-se uma Constituição dolorosa e cruel — a Polaca, e foi um período triste para a História do Brasil. É verdade que se deve analisar o homem segundo suas circunstâncias. No período de 1937 falar em democracia era proibido; foi uma época em que a nova sociedade era aparentemente o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha, ou comunismo na Rússia e o integralismo no Brasil. Eram as idéias fortes que cresciam, que desenvolviam e prosperavam. Época negra da História da Humanidade que terminou na Segunda Grande Guerra, e fez com que o mundo todo se conflitasse para, em seguida, haver então a reconstituição da democracia a partir de 1945.

Não, eu não estaria de acordo com o que aconteceu; apenas analiso o homem e as suas circunstâncias!

Mas o importante é considerar que esse homem ganhou a eleição para senador em dois estados e para deputado federal em sete estados, em 1945.

Conto na sua biografia que ele foi para o Senado Federal, sentou na sua cadeira de senador pensando que havia voltado pelos braços do povo e começaria tudo de novo. A UDN programou um discurso atrás do outro, elaborando toda uma história, pegando os momentos mais cruéis sobre a presença do Senador Getúlio Vargas. Ele olhou, percebeu, fez um discurso, pegou sua mala e foi para Itu. Nunca mais voltou ao Senado do Rio de Janeiro, e nunca mais voltou ao Rio de Janeiro, a não ser como candidato à Presidência da República. E se elegeu. Quando se elegeu, os nossos irmãos da UDN e alguns militares nunca o perdoaram.

Antes de assumir, já aventavam a tese para evitar a sua posse: que ele não havia ganho com maioria absoluta. Então, entendiam que, sem maioria absoluta, não poderia assumir, ainda que nenhum artigo da Constituição o mencionasse.

No dia seguinte em que assumia a Presidência, tentava-se um esquema para a sua deposição.

Creio que Vargas teve atos importantes no Governo. Poderíamos analisar Volta Redonda, a Petrobrás, a legislação social, o

seu sentido de nacionalidade, a industrialização deste país e o seu sentido de Brasil.

Nós, do Rio Grande do Sul, fazemos uma análise muito interessante: Juscelino Kubitschek, em 5 anos, fez por Minas Gerais 10 vezes mais do que Getúlio Vargas fez pelo Rio Grande do Sul.

Dizem até que esse é o grande defeito do gaúcho. Ele se torna Brasil e fica com vergonha de olhar para o seu estado, porque entende que, se fizer algo por ele, será uma desonra, porque tem de olhar para o país.

Getúlio Vargas, João Goulart, Costa e Silva, Médici e Geisel. Se analisarmos todos eles, praticamente nenhum teve a preocupação de olhar para o Rio Grande do Sul; pelo contrário. Quando o Dr. Getúlio Vargas, em 1930, assumiu a Presidência da República, São Paulo tinha 16% do Produto Interno Bruto do Brasil; o Rio Grande do Sul, 12%.

Quanto à força da geração do Rio Grande do Sul, 20 anos de Getúlio, mais 4 de Jango e ainda Costa e Silva, Médici e Geisel – mais de 40 anos –, São Paulo passou para 50% do Produto Interno Bruto, e o Rio Grande do Sul baixou para 7 ou 8%.

Vejam V. Ex^{as} como os gaúchos, na Presidência da República, cuidaram do seu país! Mas tiveram quase que, eu diria, vergonha de auxiliar o Rio Grande do Sul.

Há um fato histórico que se encontra nas memórias que se escreveu sobre o Dr. Getúlio Vargas. Quando assumiu a Revolução de 30, ele e as pessoas que o tinham acompanhado desde São Borja chegaram de trem, juntamente com aquele fazendeiro tradicional de São Borja, muito rico e que havia bancado as refeições para que as tropas chegassem àquela cidade. Uma noite, reuniu-se o pessoal de São Borja no Palácio do Catete com o Dr. Getúlio. Conversaram e, no final, disse S. Ex^a: – "Bom, agora que estou aqui, quero que vocês me digam o que posso fazer para ajudar São Borja"? O fazendeiro, então, respondeu: – "Olha, Dr. Getúlio, acho que a ponte com a Argentina é fundamental". Nesse instante, o prefeito – à época, intendente – disse: – "Pára com isso, rapaz! Dr. Getúlio, esqueça de São Borja. Agora o senhor tem que cuidar do Brasil. Cuida do Brasil, que de São Borja cuidamos nós!"

Ela não existe até hoje. Há uma luta muito grande para a construção da ponte São Borja/São Tomé.

Getúlio Vargas tinha o sentido da nacionalidade e da grandeza. Não se pode comparar o Brasil de até 1930 com o de depois de Vargas: o Brasil dos cafeicultores, dos pequenos grupos; o Brasil sem povo, sem trabalhador, sem sindicato, onde não havia sociedade; o Brasil da política dos governadores; governadores do partido único praticamente, que era o Partido dos Republicanos, ou do Rio Grande do Sul, ou de São Paulo, ou de Minas Gerais.

O Brasil mudou a partir de Vargas, desenvolveu a sua economia. Falar hoje em Volta Redonda pode ser algo significativo, mas, à época, foi um marco inicial, quando paramos de importar praticamente tudo.

Olha, tenho muito respeito pela figura do Dr. Getúlio, assim como por Juscelino, que se homenageou anteontem. Basicamente, penso que nós, brasileiros, deveríamos ter respeito por figuras importantes da nossa História. Eu, por exemplo, tenho o maior respeito pela figura de D. Pedro II. Olho para a figura de Dom Pedro II e vejo um homem que, em praticamente 50 anos, dentro da realidade em que vivia, foi excepcional, no sentido da dignidade, do caráter, da seriedade e da preocupação com os seus princípios.

Às vezes, pergunto-me o que seria do Brasil se, em vez de proclamada a República, hoje fôssemos uma espécie de monarquia, igual à da Espanha, com parlamentarismo para valer? O nosso amigo, o Deputado Delfim Netto, disse que seria muito bom, porque é muito mais barato manter a família real do que a **entourage** da Presidência e os seus desmandos.

Não digo isso, mas não tenho dúvida de que temos figuras na História do Brasil que merecem respeito.

Outro dia, num programa educativo da TVE, **TV Cultura** de São Paulo, assisti a um debate – diga-se de passagem, formidável – em que o produtor do programa senta-se no chão e traz variados entrevistados como políticos – já compareci mais de uma vez –, professores, intelectuais, jogadores etc. Então, encontrando-me doente, gripado, em Porto Alegre, assisti ao programa. Perguntaram a alguns entrevistados qual era o vulto mais importante da História. Responderam: "Pelé". A resposta foi dada por pessoas universitárias.

Penso mesmo que o Pelé seja uma figura importante. É uma pessoa que merece respeito porque foi um grande jogador e conseguiu manter uma linha de credibilidade ao longo de todos esses anos, tanto que a última Copa da qual participou foi em 1970. Ou seja, faz 1/4 de século que deixou o futebol e é uma figura respeitada praticamente pelo mundo inteiro. Mas não me parece que o maior vulto da História seja o Pelé.

Já assistimos a minisséries sobre a vida de Lincoln, de Kennedy e de tantos outros. Não me lembro de termos assistido a uma análise, filme ou peça teatral sobre nossos vultos históricos. O Museu da República está mostrando uma reconstrução – dizem que é muito bonita – sobre o dia 24 de agosto, desde a reunião do ministério até o suicídio do Presidente Vargas.

O teatro, a televisão mostram, em relação a Dom Pedro I, por exemplo, mais sobre a sua amante, sobre sua boemia do que sobre o ato da Independência. O que nos mostra a televisão em relação a figuras fantásticas, desde políticos até escritores, como Castro Alves? O que se ensina na televisão, nos jornais, no cinema? Por que não nos trazem o que gostaríamos de ver, admirar e respeitar? Em outros países, há figuras como Evita Peron, objeto de filmes a que o mundo inteiro já assistiu; como Allende, que inspirou peças, filmes sobre sua derrubada e sua morte. Será que não temos essas figuras no Brasil? Será que a Revolução dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, ou a Inconfidência Mineira, em Minas Gerais, nada inspiram? Considero fantástico – emociona-me – o fato de ter sido Tiradentes esquartejado no dia 21 de abril, data em que, muitos anos depois, após quatro cirurgias, praticamente esquartejado, morreu Tancredo Neves. Será que esses fatos não nos dizem nada, não têm nenhuma representatividade? Há figuras como o Dr. Ulysses, como Teotônio Vilela. Por amor de Deus, será que esses nomes, essa História, esse patrimônio, nada significam?! Deixa-se tudo de lado para cuidar dos americanos, dos ingleses e dos europeus. Será que não temos, na nossa História, nada que se possa admirar? Precisamos mostrar nosso passado aos nossos filhos, aos que vierem depois de nós.

Creio, Sr. Presidente, que este Congresso Nacional poderia fazer algo a favor da memória nacional. A meu ver, este Congresso tem condições de ajudar a divulgar sua memória, mediante filmes, peças teatrais etc.

Com toda sinceridade, vejo com muita alegria que o **Jornal do Brasil** há um mês publica artigos e reportagens – contra ou a favor, não importa – sobre o Dr. Getúlio Vargas, sobre fatos daquela época. É claro que os outros jornais têm até suplementos especiais, como sempre tiveram, sobre o assunto.

Acho isso muito importante. Creio que precisamos conscientizar da obrigação que temos de olhar a nossa História, olhar o que somos. Caso contrário, ficarão para a História apenas fatos como o afastamento, por corrupção, de um presidente, como a presença e atuação desse ou daquele parlamentar no Congresso. Digo isso, mas não sou contra que se faça averiguação; que se cobre, que se fiscalize, que se puna, que se condene o que está errado.

O nosso país tem episódios e características altamente positivas, e o nosso partido tem obrigação de conhecer. Somos um país sem ódio, sem vendeta. O que era o racismo nos Estados Unidos? Até ontem, até o Governo Kennedy, os Estados Unidos viviam o **apartheid**, onde crianças negras não podiam estudar em colégio de crianças brancas, onde, no ônibus, as pessoas negras praticamente se isolavam. Graças a Deus, eles venceram isso. E, felizmente, nunca tivemos isso.

O Brasil – repito – tem fatos altamente positivos, que devemos valorizar. Temos que avançar? Claro que sim. No Brasil, há imensas injustiças sociais. Devem ser corrigidas? Claro que sim. Estamos muito longe do país que desejamos? É claro que sim. Sabe-se que 30, ou 32 milhões de brasileiros passam fome, enquanto a minoria detém privilégios e vantagens maiores das que há nos países mais adiantados. Isso tem que ser alterado? Claro que sim. Para fazer essa caminhada, temos que acreditar que é viável, que temos pessoas e História, que não estamos à espera do Messias. Não! Estamos à espera dos que possam continuar a caminhada, e esta já começou.

Felício o Presidente Itamar Franco pela decisão.

Penso que o país daria um passo importante se, quarenta anos depois, não ficasse questionando se o Dr. Getúlio era ditador ou democrata, se morreu por causa disso ou daquilo. Deveríamos respeitar a figura do homem, do estadista, do presidente. Que bom se acontecesse isso em relação ao Dr. Getúlio; que bom que isso pudesse acontecer com as pessoas que merecem o nosso respeito.

Outro assunto que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é o propósito de deixar muito claro e patente episódio ocorrido quando da elaboração do Orçamento Geral da União para o Exercício de 1993, ao qual apresentei algumas poucas emendas sugeridas pelo Governo do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Naquela ocasião – 18.11.92 – propus Emenda ao Orçamento, destinando recursos da ordem de Cr\$8.700.000.000,00 à "implantação de projetos de assentamento de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, como despesas pré e pós-assentamento das famílias". Como Justificação constava que "Há necessidade urgente de assentamento das famílias de colonos, hoje morando em acampamentos improvisados, ocasionando fortes inquietações sociais no campo e nas cidades, em várias regiões do estado. O objetivo desta Emenda está em perfeita sintonia com os objetivos do Governo Federal, priorizando recursos para as regiões de maiores conflitos e desacomodações sociais das zonas rurais". Referida Emenda foi protocolada sob o número P.05478-0.

Ocorreu, então, que, ao atribuir-se código ao projeto coberto pela Emenda, registrou-se, erradamente, o número 001009-1, que correspondia a projeto em execução no Estado de Sergipe, em nada coincidente com o propósito da Emenda. O código correto teria sido 001004-0.

O sistema automatizado – AQUA – utilizado pelo PRODASEN para processar o Orçamento leva em conta, tão somente, o código numérico, não havendo um cruzamento com a parte descritiva, de modo a corrigir eventuais incongruências, como ocorreu. No caso, prevaleceu o registro referente ao código da despesa, em detrimento da descrição, resultando que os recursos foram alocados ao Estado de Sergipe, ao invés de ao Rio Grande do Sul.

É importante ressaltar que o erro, embora tenha prejudicado o Rio Grande do Sul, retirando-lhe um recurso potencialmente dis-

ponível para aplicação em projeto social de grande importância social para o estado, não resultou em benefício para o Estado de Sergipe, de vez que a despesa não foi efetuada. Assim sendo, creio possível a retificação do erro, para que se restabeleça a vontade que presidiu a proposição da Emenda e, assim, também a verdade dos fatos.

Com este propósito, dirigi correspondência (Ofício GPSIM nº 56/94, de 16-8-94) ao então Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Messias Góis (PFL-SE), solicitando sua interferência no sentido de que se façam as correções necessárias e possíveis, a fim de que não se perpetue um erro que, no futuro, possa ser incorretamente interpretado.

Deste modo, Senhor Presidente, peço a V. Exª autorizar a transcrição nos Anais da Casa, juntamente com esta fala, do Ofício citado, a fim de que fique registrada minha iniciativa de pedir a retificação do erro e o restabelecimento da verdade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PEDRO SIMON EM SEU DISCURSO:

OFÍCIO GPSIM Nº 56/94

Brasília, 16 de agosto de 1994

Senhor Presidente,

Em 18-11-92, subscrevi Emenda à Despesa para o Orçamento Geral da União, a qual foi atribuído o número de protocolo P.05478-0, pelo órgão competente.

Com essa iniciativa, propunha-me a alocar recursos, no Orçamento da União para 1993, destinados à implantação de projetos de assentamento de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, como despesas pré e pós-assentamento das famílias, conforme expresso no texto da referida Emenda.

Ocorre, Senhor Presidente, que, ao se atribuir numeração sequencial à Emenda em questão, foi registrado o código 001009-1 identificador de projeto em andamento no Estado de Sergipe, ao invés do código 001004-0, que corresponderia a projeto no Estado do Rio Grande do Sul. Como o sistema informatizado do Prodase leva em conta o código numérico e não a parte descritiva, resultou que os recursos foram alocados a Sergipe, ao invés de ao Rio Grande do Sul.

Em vista disso, e para que não se perpetue o erro nos registros históricos relativos ao Orçamento da União e se restabeleça a verdade dos fatos, solicito a Vossa Excelência examinar a possibilidade de autorizar a retificação do código sequencial da Emenda em causa para 001004-0, determinando ao Prodase a alteração devida, através do Sistema AQUA, o que não implicará em consequências financeiras, de vez que a despesa não se verificou.

Por oportuno, tomo a liberdade de, através de Vossa Excelência, sugerir ao Prodase a adoção, no Sistema, de dispositivo que permita o cruzamento automático das informações contidas nos itens 3 – Nº Sequencial e 7 – Código da Unidade Orçamentária, de que resultaria a não aceitação, pelo Sistema, de incongruências como a verificada no caso em tela, possibilitando a imediata correção dos dados.

Com meus agradecimentos, renovo a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração. – Senador **Pedro Simon**.



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 1993

ATENÇÃO

PL 44/92-CN - P. PRIORITÁRIO

2 05476 - 6

EMENDA À DESPESA

01 de 01

1-MODALIDADE DE EMENDA		2-SITUAÇÃO DA REALIZAÇÃO		3-SEQUENCIAL		4-PROCESSAMENTO	
8	8-DE COMISSÃO 7-CO-REFUTIVA 6-PROJ. PRIORITÁRIA 5-ORDINÁRIA	E	E-EXISTENTE NO PL N-NOVO PROJETO	001009-1			
5-TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA (VIDE ANEXO I)				6-MODALIDADES DE INTERVENÇÃO (VIDE ANEXO II)			
301-8 Assentamento				13-3 Implantação			
7-MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO (VIDE ANEXO III)				8-COMPLEMENTO			
99402 Rio Grande do Sul				RS			
9-UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA				10-ESFERA			
22201 INCRA				1			
				11-FORMA DE EXECUÇÃO			
				E			

12-TEXTO DA EMENDA

0401300661228

IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO RGS.

IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL, COMO DESPESAS PRÉ E PÓS-ASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS.

13-ADRESDIMOS NA PROGRAMAÇÃO DA DESPESA (EM C\$ 1.000,00)

3	8.700.000	1-PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS 2-JUROS E ENCARGOS DE DÍVIDA 3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES 4-INVESTIMENTOS 5-IMPOBILIZ. FINANCEIRAS 6-AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 7-OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL
---	-----------	--

14-IDENTIFICAÇÃO DOS SUBPROJETOS ONDE AS DESPESAS SERÃO DEDUZIDAS (EM C\$ 1.000,00)

22101	000998-1	IMP.PROJ.ASSENTAMENTO PA	100	3	8.700.000
-------	----------	--------------------------	-----	---	-----------

15-JUSTIFICAÇÃO

HÁ NECESSIDADE URGENTE DE ASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS DE COLONOS SEM TERRA, HOJE MORANDO EM ACAMPAMENTOS IMPROVISADOS, OCASIONANDO FORTES INEQUILIBRÍOS SOCIAIS NO CAMPO E NAS CIDADES, EM VÁRIAS REGIÕES DO ESTADO. O OBJETIVO DESTA EMENDA ESTÁ EM PERFECTA SINTONIA COM OS OBJETIVOS DO GOVERNO FEDERAL, PRIORIZANDO RECURSOS PARA AS REGIÕES DE MAIORES CONFLITOS E DESACOMODAÇÕES SOCIAIS DAS ZONAS RURAIS.

16-AUTENTICAÇÃO PELO AUTOR DA EMENDA

2205	SENADOR PEDRO SIMON	RS
18.11.92		

EMENDA À DESPESA - PRIORITÁRIA
SITUAÇÃO: APROVADA PARCIALMENTE
AUTOR : PEDRO SIMON PMDB/RS

IDENTIFICAÇÃO DA DESPESA ACRESCIDA:

TIPO DE REALIZAÇÃO : 3018 ASSENTAMENTO / REALOCAÇÃO
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO : 183 IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DE
FORMA DE EXECUÇÃO : PELO GOVERNO ESTADUAL
ESFERA DO ORÇAMENTO : FISCAL
22201 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA
REFORMA AGRÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
04.013.0066.1228.0142 (SEQ.: 001009-1)
ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS
IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO
EM SERGIPE

LOCAL.....: 99209 - SERGIPE - SE

DETALHAMENTO DO ACRÉSCIMO:

- OUTRAS DESP CORRENTES	8.700.000
TOTAL ACRESCIDO:	8.700.000

DESPESA(S) DEDUZIDA(S):

ESFERA DO ORÇAMENTO : FISCAL
22101 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA
REFORMA AGRÁRIA
04.013.0066.1228.0131 (SEQ.: 000998-1)
ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS
IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO
NO PARA

FONTE: 100 - OUTRAS DESP CORRENTES	8.700.000
TOTAL DAS DEDUÇÕES	8.700.000

===== T E X T O D A E M E N D A =====
Implantação de projetos de assentamento de
trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, como
despesas pré e pós-assentamento das famílias.

PARECER DO RELATOR PARCIAL

===== T E X T O D O P A R E C E R =====
APROVADA PARCIALMENTE, PELOS FUNDAMENTOS APRESEN-
TADOS/RELEVÂNCIA DA PROPOSIÇÃO.

DESPESA(S) ACRESCIDA(S) PELO PARECER:

TIPO DE REALIZAÇÃO : 3018 ASSENTAMENTO / REALOCAÇÃO
 MODALIDADE DE INTERVENÇÃO : 183 IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DE
 FORMA DE EXECUÇÃO : PELO GOVERNO ESTADUAL
 LOCAL.....: 99209 - SERGIPE - SE
 ESFERA DO ORÇAMENTO : FISCAL
 22201 MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA
 REFORMA AGRÁRIA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA
 04.013.0066.1228.0142 (SEQ.: 001009-1)
 ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS
 IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO
 EM SERGIPE

*** OBJETIVOS DO TÍTULO ***

DEFINIR O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES
 DA PROPRIEDADE CONTRIBUINDO PARA DIMINUIR O EXODO
 RURAL, POSSIBILITANDO O AUMENTO DA OFERTA DE
 ALIMENTOS E MATERIAS-PRIMAS E CRIAÇÃO DE NOVOS
 EMPREGOS NO CAMPO.

*** METAS DO SUBTÍTULO ***

PARCELA DEMARCADA (UNIDADE) = 888

FONTE: 115 - INVESTIMENTOS 2.000.000

TOTAL DOS ACRÉSCIMOS 2.000.000

DESPESA(S) DEBITADA(S) PELO PARECER:

ESFERA DO ORÇAMENTO : FISCAL
 22201 MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA
 REFORMA AGRÁRIA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA
 04.013.0066.1228.0183 (SEQ.: 001013-2)
 ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS
 INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS UTEIS E NECESSARIAS
 DECORRENTES DE OBTENÇÃO DE IMOVEIS RURAIS

FONTE: 115 - INVERSÕES FINANCEIRAS 2.000.000

TOTAL DOS DÉBITOS 2.000.000

BICBANCO **AVISO AO CLIENTE** Agência **015 PORTO ALEGRE RS** No. **30.03.94**

Nome **JOSE CARLOS DE OLIVEIRA**

Endereço **RUA DA SERRA, 1111 - JARDIM DO SOL, 12.º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS** CEP **91010-000** PRACA

Ficamos, nesta data, o seguinte lançamento a ☐ Débito ☒ Crédito em sua conta No. **07.005546-6**

HISTÓRICO	VALOR
Valor que inclui as utilidades ref. a conta de Jânio do Sul, mês de julho/94.	
1. 100.114,00	
TOTAL Cr\$	792.790,00

Ass. Autorizada _____ Ass. Autorizada _____

BICBANCO **AVISO AO CLIENTE** Agência **015 PORTO ALEGRE RS** No. **30.03.94**

Nome **JOSE CARLOS DE OLIVEIRA**

Endereço **RUA DA SERRA, 1111 - JARDIM DO SOL, 12.º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS** CEP **91010-000** PRACA

Ficamos, nesta data, o seguinte lançamento a ☐ Débito ☐ Crédito em sua conta No. **07.005546-6**

HISTÓRICO	VALOR
Valor que creditamos na C/C 07.005546-6 ref. a depósito de Agência Cédulas do Sul, L.C. 1. 10.152,00	
TOTAL Cr\$	434.300,00

Ass. Autorizada _____ Ass. Autorizada _____

BICBANCO **AVISO AO CLIENTE** Agência **015 PORTO ALEGRE RS** No. **30.03.94**

Nome **JOSE CARLOS DE OLIVEIRA**

Endereço **RUA DA SERRA, 1111 - JARDIM DO SOL, 12.º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS** CEP **91010-000** PRACA

Ficamos, nesta data, o seguinte lançamento a ☐ Débito ☐ Crédito em sua conta No. **07.005546-6**

HISTÓRICO	VALOR
Valor que creditamos na C/C 07.005546-6 ref. a depósito de Agência Cédulas do Sul, L.C. 1. 10.152,00	
TOTAL Cr\$	434.300,00

Ass. Autorizada _____ Ass. Autorizada _____

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Moisés Abrão.

O SR. MOISÉS ABRÃO (PPR – TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, trago a esta Casa a apreensão que me domina ante o **modus operandi** adotado pelo Governo no projeto de instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, primeira etapa do ambicioso sistema de proteção àquela região, SIPAM, idealizado no seio do Ministério da Aeronáutica.

Estimado a um custo de 1,3 bilhão de dólares, esse projeto, justificado por seus idealizadores como providência inadiável para se obter o controle da maior área florestal do planeta e monitorar o desenvolvimento sustentado daquela área, despertou, como não poderia deixar de ser, a cobiça internacional. Assim é que, segundo o noticiário, mobilizaram-se na disputa 60 empresas de alta tecnologia, de dezesseis países, com o objetivo de habilitar-se à sua execução. E intensa foi a movimentação diplomática em Brasília, no sentido de respaldar os interesses comerciais privados das respectivas empresas estrangeiras.

Para se aquilatar a dimensão desses interesses, basta ficar nas intervenções pessoais dos Presidentes Bill Clinton, dos Estados Unidos, e François Mitterrand, da França, junto ao Presidente Itamar Franco – certamente os personagens mais importantes nesse grande **lobby** montado pelas empresas concorrentes. Sem contar, ainda, a presença entre nós do Secretário do Comércio americano, Ronald Brown, que aqui esteve para defender a proposta da empresa Raytheon, por sinal anunciada como vencedora na licitação julgada ao final de julho. Se o último número da revista **Exame** não exagerou, foram estas suas textuais palavras proferidas em Washington ao saber do resultado: "foi uma grande vitória para os negócios dos Estados Unidos e esta administração".

Não é para menos. Ainda segundo a revista **Exame**, é o contrato mais caro do gênero neste final do século e o segundo maior fechado por uma empresa americana este ano, somente superado por uma venda de aviões da Boeing e Mc'Donnell Douglas à Arábia Saudita, no valor de 6 bilhões de dólares.

Sr. Presidente, creio que preliminares até aqui levantadas são o bastante para evidenciar que o Senado deve dedicar especial atenção ao assunto, já que as preocupações desta Casa devem situar-se em patamares superiores aos interesses momentâneos, mormente quando estes assumem os contornos do açodamento e da precipitação.

E o mais grave é que se discutem matérias de tal natureza e importância sem a participação do Parlamento, a quem se atribui constitucionalmente a análise última dessas operações.

Então vem o prato feito e acabado, com o tempero das inevitáveis pressões para uma aprovação destituída de estudos mais aprofundados e gravados com o caráter da urgência urgentíssima.

Não se confunda esta minha preocupação com qualquer atitude inamistosa tomada **a priori** contra o projeto. Apenas considero que diante do exagerado sigilo em que o processo está caminhando, há razoável espaço para uma desconfiança patriótica. Afinal, segundo se informa, trata-se de um projeto inédito, de grandes valores envolvidos e, supostamente por tratar de informações estratégicas, não se está seguindo o ritual a que devem subordinar-se as concorrências públicas. Tanto assim que os termos do seu edital foram entregues diretamente às embaixadas de dezesseis países em Brasília, sob compromisso de total discrição. A praxe é de que sejam eles publicados nos jornais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já tivemos grandes erros no passado com investimentos não rastreados na real urgência e que só contribuíram para depauperar ainda mais a nossa combalida situação financeira. Fiquemos na lembrança mais recente da Transa-

mazônica, da Ferrovia do Aço e da Usina Nuclear de Angra dos Reis, para não nos alongarmos demasiadamente. Todas maquiadas convenientemente para apresentar-se à opinião pública como inadiáveis alavancas do nosso desenvolvimento.

Deram no que deram.

Se mais atrás voltássemos e por certo encontraríamos embasamentos sólidos para a convicção de que investimentos suntuosos e não prioritários foram a causa primeira do nosso endividamento, até agora insolúvel, e provocador, ao longo da nossa história, dos inúmeros e humilhantes pedidos de moratória e de renegociações aos nossos credores externos.

Mudou hoje a situação? Teria, de repente, o Brasil se tornado um Eldorado em que a estabilidade econômica e a estabilidade social propiciam a aplicação de tal montante em um projeto não imediatamente reprodutivo?

Não e não! Todos sabemos da verdade e ela não é escondida pelos nossos mandatários que, reiteradamente, vêm a público para pedir mais sacrifício ao povo em nome da premente necessidade da restauração financeira e econômica do País.

Então, se as condições econômicas não estão permitindo que olhemos com segurança o futuro equilíbrio financeiro do País, não seria de bom alvitre que adiássemos essa questão e ficássemos no aguardo de ocasião mais propícia para a tomada de uma decisão definitiva? A prudência, sem dúvida, aponta nessa direção.

Caso contrário, não lamentemos depois o ônus que se exigirá do Tesouro em nome de uma duvidosa urgência, à custa de sacrifícios impostos a tantas unidades carentes da federação que estão a reclamar, infrutiferamente, investimentos negados por supostos déficits de caixa e que, fora de dúvida, seriam muito mais reprodutivos e interessantes ao nosso desenvolvimento.

Estivessem aqui para falar os representantes dos estados mais pobres, melhores conhecedores que são dos seus problemas regionais, e certamente teríamos a sessão mais longa da nossa história parlamentar. E seria ótimo, porque talvez assim conseguíssemos apagar a falsa impressão transmitida pelo Governo de que somos uma nação de tal modo perfeita na sua infra-estrutura que pode dar-se ao luxo de gastar com projetos faraônicos, o que na verdade sabe muito bem que não pode desperdiciar.

De minha parte posso falar, e bem, das enormes carências do Tocantins e das dificuldades intransponíveis encontradas por seus representantes para lá carrear recursos federais capazes de propulsionar um progresso regional que interessa à nação como um todo, pelo retorno rápido que o seu potencial garante.

Não nos estendamos aqui sobre suas carências para não fugirmos do núcleo das nossas preocupações, que, antes de particularizar, envolvem os interesses do país como um todo. Permitto-me, apenas como ilustração, lembrar que 99,6% da sua população não é atendida com saneamento básico, conforme estatística do IBGE, advindo daí as inevitáveis conseqüências sobre o seu precaríssimo quadro de saúde. Grande parte de sua população vive do extrativismo, principalmente da castanha do babaçu, enquanto, por falta de recursos, só tem aproveitados 70 mil dos 5 milhões de hectares de várzea encontrados no seu território. Além disso, faltam-lhe estradas para o escoamento da produção e detém o triste recorde do maior índice de analfabetismo do País. Como disse, não será preciso alargarmos essas considerações, pois apenas esses dados são suficientes para traçar o perfil de um estado cujo incrível potencial não recebe do Governo Federal a merecida atenção.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tínhamos um projeto de grande porte, de retorno rápido e garantido, que seria a grande alavanca do desenvolvimento não só dessa terra como das outras unidades das Regiões Norte e Centro-Oeste. Trata-se da

Ferrovia Norte-Sul, projeto abandonado pela União com a repetitiva desculpa de falta de recursos para investimento de tal ordem. E esse projeto estava orçado em 900 milhões de dólares. Vale dizer, bem menos do que esse projeto de Vigilância da Amazônia que se intenta desenvolver agora.

Poderão os estrategistas do Governo provar a melhor relação custo-benefício deste projeto em comparação àquele? Não creio. Afinal em que serão beneficiados os habitantes da Região Amazônica com o SIVAM? Haverá diminuição do cólera, o seringueiro terá melhor assistência, a população indígena não mais será devastada, os recursos florestais serão melhor aproveitados, a Amazônia terá infra-estrutura para o seu desenvolvimento? Nada disso se vislumbra do projeto.

Mas, muitos dirão, é a nossa soberania que está em jogo, a proposta de internacionalização da Amazônia é um fato. Pois bem, suponhamos que sim, somente para efeito de argumentação. O Projeto SIVAM eliminaria essa ameaça? É evidente que não. Detectado um perigo iminente poderíamos, em sã consciência, fazer a ele frente com a notória obsolescência do armamento bélico nacional? Mais uma vez a resposta negativa se faz presente. E ainda que assim não fosse, não nos esqueçamos da relatividade que o conceito segurança encerra. Afinal quem não lembra de dois episódios, até histriônicos, que guardam a história recente de dois países considerados os mais perfeitos em sistema de segurança das suas fronteiras, quais sejam os Estados Unidos e a ex-URSS? Pois bem, o primeiro teve a ingrata surpresa de ver um MIG 21 cubano aterrisar na Flórida e o segundo teve que engolir a desfaçatez do pouso de um avião de pequeno porte em plena Praça Vermelha. Estão aí os exemplos mais convincentes da "infalibilidade" do sofisticado sistema de radares com seus modernos equipamentos de apoio logístico. Fiquemos ainda no terreno da soberania. Foi realmente enquadrada na prudência a escolha da empresa norte-americana Raytheon para instalar o Sistema de Vigilância na Amazônia? Pelo visto, há sérias divergências quanto a isso.

Em julho deste ano o Tenente-Brigadeiro Ivan Frota externou suas candentes preocupações pelo fato no **Jornal de Brasília**. Dentre outras coisas, afirmou que foi uma escolha pouco conveniente para o Brasil e que vai nos deixar numa situação delicada no que diz respeito à manutenção de nossa soberania, já que vamos entregar o sistema de implantação dos radares aos norte-americanos, sabidamente favoráveis à tese da internacionalização da Amazônia.

E mais: segundo o oficial, que por muitos anos trabalhou na implantação do sistema de defesa aérea e controle do tráfego aéreo, 60% do equipamento existente no Brasil é francês, e com a construção de uma nova estrutura com equipamento diverso corremos o risco de perder o controle sobre o seu funcionamento e o conseqüente comando daquela região. Afirmando que existem objetivos estratégicos por trás disso, e não apenas comerciais. Aquele militar expressa também sua indignação pelo fato de o Brasil, além de facilitar aos EUA o conhecimento de uma região tão importante como a Amazônia, ainda vai lhes dever o financiamento de 1 bilhão e 300 milhões de dólares.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se essas preocupações se fundamentam na realidade. Desconheço, no entanto, se elas foram debatidas por quem de direito, pois em nenhum lugar li algum desmentido por parte das autoridades governamentais a esse respeito.

De qualquer modo, é mais um item de grande relevância a ser esmiuçado pelo Congresso Nacional, sob pena de, mais uma vez, marcarmos com a omissão o que deveria ser encarado como papel principal do Parlamento no encaminhamento de questão tão séria.

O Sr. Aureo Mello – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOISÉS ABRÃO – Pois não, nobre Senador Aureo Mello.

O Sr. Aureo Mello – Senador Moisés Abrão, V. Ex^a, como autêntico amazônida que é, está enfocando assunto de suma gravidade em relação à área à qual pertencemos, nós outros Srs. Parlamentares que aqui se encontram. Não é a primeira vez que o Brasil abre a sua caixa de segredos e coloca nas mãos dos Estados Unidos da América do Norte a sua total visualização. Já houve época em que a Força Aérea Norte americana foi autorizada a fazer o levantamento aerofotogramétrico de todo este País, dando oportunidade a que essa nação, dita amiga, ficasse com todos os detalhes do nosso solo, do nosso território, da nossa aerofotogrametria. Agora V. Ex^a está trazendo ao conhecimento do Congresso e do Senado mais um episódio que causa apreensão e suspeitas. Será possível que não tenhamos condições de fazer a nossa defesa da Amazônia, de verificarmos, através dos nossos próprios meios, aquele planeta, continente, que é toda a grande extensão do extremo Norte? As palavras de V. Ex^a induzem inclusive à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para se verificar, em detalhes, o que se deseja que aconteça ou o que está acontecendo. Enquanto houver aqui representantes autênticos do Amazonas, fique V. Ex^a certo de que terá solidariedade absoluta e total, com a força gigante proporcionada pelo mandato que exercemos, que potencializa a nossa pequenez e agiganta os atos que possamos fazer e prestar em defesa da grande Amazônia e, conseqüentemente, da riqueza integral desta grande e extraordinária Nação que é o Brasil. Muito obrigado.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Agradeço o aparte do nobre Senador Aureo Mello. Na verdade, trazemos o assunto a esta Casa, primeiro, pela importância que tem para o País a discussão desse tema.

Não vim a esta tribuna colocar-me contra o projeto, mas, sim, para trazer ao debate nesta Casa, no Congresso Nacional, a prioridade e a necessidade imediata de que se instale um projeto dessa envergadura numa região que, reputo eu, teria sua segurança feita de uma forma muito mais eficaz com investimento na sua infra-estrutura e sua ocupação racional pelos brasileiros.

Acredito que durante esses dias teremos a oportunidade de discutir e esmiuçar esse Projeto SIVAM, que alguns julgam de muita prioridade. Se convencerem esta Casa de tal prioridade, tenho absoluta certeza de que o Congresso Nacional não furtará ao Governo o seu apoio, para que se implante não só esse projeto mas qualquer outro que venha ao encontro do interesse do nosso povo.

O Sr. Eduardo Suplicy – Nobre Senador Moisés Abrão, gostaria, desde já, de solicitar um aparte a V. Ex^a, mas somente após haver completado o seu pronunciamento, dada a importância do assunto.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

Continuando, Sr. Presidente, devo repetir o que disse antes. Não estou assumindo qualquer posição contrariamente preconcebida. Estou aberto à persuasão, desde que ela se faça emoldurada pela verdade verdadeira, conveniente e convincente, demonstradora da sua subordinação à razão e à coerência aos postulados escorreitos que devem nortear as teses do chamado desenvolvimento econômico nacional.

É preciso que o Congresso realmente se convença, à exaustão, de que não está sendo levado pelo canto da sereia na premência desse projeto, para cujo sustento e manutenção a Nação poderá se exaurir, criando anomalias orçamentárias, injustificáveis diante de investimentos muito mais prioritários, seja no campo da infra-

estrutura, seja no das áreas da educação, da saúde, da agricultura e da segurança terrestre dos cidadãos.

Esse projeto envolve Algarismos que requerem seja a verdade encarada face a face pelo Parlamento brasileiro, inadmissível nela o ingresso dos subterfúgios, das elucubrações fantasiosas ou do terrorismo inidôneo. Se a ameaça existe a nossa soberania, seja ela demonstrada, com todas as letras, dentro do fórum próprio, que é o Congresso Nacional.

Não é ela uma verdade axiomática, como não o é também a inadiabilidade da execução do projeto. São verdades, se o forem, que devem ser provadas à opinião pública, sob pena de que esta se deixe dominar por um sentimento de escárnio governamental, diante de uma cidadania ainda muito longe de ser alcançada.

Finalizo, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, lembrando que o ano de 1994 nos oferece condições econômicas e financeiras bem difíceis e que a próxima década configura-se como portadora de enormes obstáculos ao equacionamento dos nossos gravíssimos problemas sociais.

Faço votos, assim, de que existam argumentos suficientemente fortes para justificar esse investimento assustador para um país empobrecido. Oportunidade para ouvi-los não faltará, uma vez que já requeremos a presença do Ministro da Aeronáutica e do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Aguardamos, portanto, as esperadas explicações que, de antemão, deveriam ter sido dadas ao Poder Legislativo. Espero possam elas ter a força de provocar a minha conversão, a tal ponto que me permitam aceitar o projeto como prioridade acima da solução do nosso problema de mortalidade infantil, em que para cada 1.000 crianças nascidas 200 não atingem o primeiro ano de vida, devido à subnutrição e às doenças.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOISÉS ABRÃO – Concedo o aparte ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Moisés Abrão, V. Ex^a traz para o Senado assunto da maior importância, na medida em que o Projeto SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia, bem como o Projeto SIPAM, que são projetos congêneres, o Sistema de Proteção da Amazônia, envolvem programas e dispêndios da ordem de 1 bilhão e 300 milhões de dólares. Certamente, temos a responsabilidade de examinar com muito cuidado em que medida um gasto desse valor é ou não prioritário, e se esta é a oportunidade adequada para realizá-lo. Além disso, devemos também examinar os procedimentos de definição sobre como os gastos estão sendo realizados, já que o projeto envolve a compra de um complexo sistema de radares, de uso de satélites, de aviões, que serão adquiridos, em parte, no território nacional e, em parte, no estrangeiro, o que causará grande repercussão do ponto de vista de emprego, de desenvolvimento de tecnologia e assim por diante. Portanto, maior ainda deve ser a nossa atenção. Tal como V. Ex^a, considerei uma responsabilidade nossa estar atento a essa questão, motivo pelo qual apresentei, há poucos dias, um requerimento de informações com cerca de 14 perguntas, salvo engano, ao Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mário Flores. Além de apresentar esse requerimento, eu visitei o Ministro Mário Flores, oportunidade em que S. Ex^a, juntamente com membros de seu Ministério e do Ministério da Aeronáutica, expôs-me alguns detalhes. Outros parlamentares da Bancada do PT poderiam estar presentes, segundo o Ministro, o que não foi possível, tendo em vista que grande parte de nossos colegas está em campanha. Informou-me o Ministro Mário Flores que encaminharia ao Presidente do Senado, nesta semana ou nestes próximos dias, o conteúdo do Projeto SIVAM, com as informações, as mais completas possíveis, para que

os Senadores possam examinar a matéria, até porque o Senado deve apreciar e aprovar o Projeto SIVAM, na medida em que envolve recursos externos. Aproveito a oportunidade, Senador Moisés Abrão, para indagar da Presidência se, porventura, já chegaram a esta Casa os documentos relativos ao Projeto SIVAM? Seria importante que esses documentos fossem distribuídos aos Srs. Senadores para exame detalhado e com o devido cuidado que a matéria requer. Acredito que o Presidente Amir Lando poderá prestar-me essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Quero informar a V. Ex^a que a Mesa não tem conhecimento de que as respostas de seu ofício tenham chegado a esta Casa.

O Sr. Eduardo Suplicy – São duas coisas distintas, Sr. Presidente. Eu encaminhei um requerimento à Mesa que, salvo engano, deve aguardar a reunião da mesma, que, segundo informação do Senador Júlio Campos, se realizará na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Não houve ainda deferimento e nem as outras informações chegaram à Mesa, que poderão ser reiteradas pela Mesa.

O Sr. Eduardo Suplicy – O requerimento de informações ainda deve ser despachado, mas, além disso, ele está encaminhando o Projeto SIVAM. O meu requerimento de informações contém solicitação detalhada de alguns assuntos. Mas, dentre outras preocupações, Senador Moisés Abrão, acredito que precisamos saber muito bem, por exemplo, como é que se deu o processo de decisão de escolha, já que este não ocorreu através de uma licitação em termos normais, porque foi um processo de escolha pelo fato de se destinar a algo considerado estratégico. Havia dois consórcios: um de origem francesa, outro de origem norte-americana. Gostaria de relembrar alguns fatos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Gostaria de lembrar ao nobre apartante que o tempo do orador já está esgotado.

O Sr. Eduardo Suplicy – Vou procurar abreviar, mas há alguns fatos importantes que gostaria de mencionar. O Secretário de Comércio do Governo dos Estados Unidos, Ronald Brown, esteve aqui, ao final do primeiro semestre, e, na residência do Embaixador dos Estados Unidos, encontrou-se com alguns parlamentares, dentre eles, eu. Nessa ocasião, ele disse da importância do Projeto SIVAM para o Governo dos Estados Unidos. A própria imprensa expressou que tanto o Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, quanto o Presidente da França e os Ministros de ambos os governos se empenharam sobremaneira nesse assunto. Nós, parlamentares, ouvimos, de ambos os lados, preocupações sobre esse tema. Por exemplo, a certa altura dos entendimentos, representantes do Governo Francês afirmaram que, talvez, fosse o mais adequado que ambos os consórcios, meio a meio, participassem do projeto, na medida em que haveria vantagens para os dois lados. Entretanto, a decisão de conceder todo o projeto para o consórcio dos Estados Unidos acabou surpreendendo o lado francês. Seria importante que o Senado Federal obtivesse profundas explicações acerca das razões dessa escolha. Talvez pudéssemos ouvir as diversas partes. Será que, além do requerimento de informações e das informações que serão encaminhadas a esta Casa, não seria o caso de convocarmos o Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos para expor, em detalhes, esse assunto perante o Senado? É a sugestão que formulo a V. Ex^a, porque considero da maior importância que o Congresso Nacional esteja muito atento a essa matéria.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Agradeço o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy.

Quanto à convocação do Ministro, nobre Senador, quero informar a V. Ex^a que já encaminhamos um requerimento convocando não só o Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, como

também o Ministro da Aeronáutica, área que está afeta à execução deste projeto, para que estejam presentes nesta Casa para que possamos debater a fundo esse projeto. Na verdade, as informações que temos são escassas, praticamente as mesmas passadas à imprensa.

A imprensa tem divulgado que a escolha do Consórcio norte-americano deveu-se, sobretudo, em razão do financiamento total do projeto, já que o consórcio francês queria financiar apenas 50% e havia um diferencial nos valores globais, mas era um diferencial muito insignificante, em razão do volume total do projeto.

Tem sido passada à imprensa a importância desse projeto para a Amazônia, em termos de navegação aérea, para o controle do tráfego de aviões clandestinos, principalmente para o controle do tráfico de tóxico, inclusive mapeamento hidrográfico e mapeamento florestal.

Acho difícil essa importância para o controle de tráfego aéreo da Amazônia, já que temos concentrado naquela região apenas 6% do tráfego aéreo nacional.

Poderão citar o acidente com um avião da VARIG e que se existisse esse sistema não teria ocorrido. O avião perdeu a sua rota quando se destinava a Belém. Foi uma falha humana e não uma falha de comunicação, já que naquela região os aviões navegam através do VOR, ou seja, através das rádios de AM. O piloto, por ter mudado a frequência para ouvir um jogo de futebol, quando tentou sintonizá-la novamente, a AM já não sinalizava mais e ele perdeu sua rota.

Portanto, essa proposta é incrível, já que aquela região está completamente despovoada de rádios AM, que poderiam servir para o controle de navegação.

Tráfego de tóxicos? Se fosse assim, não haveria na Região Centro-Sul aviões clandestinos voando com tóxicos, porque aqui já dispomos do sistema Cindacta, que opera com o mesmo que se quer instalar na Amazônia.

Dizer que aquilo ali vai impedir que entre qualquer aeronave no nosso espaço aéreo sem se identificar, também não acredito. Aqui em Brasília, com o Cindacta, entramos aqui num vôo visual e pousamos ali em Luziânia sem que o Cindacta nos identifique.

Esses equipamentos jamais poderão identificar o tipo de aeronave que está sobrevoando a região. No máximo, se saberá que há uma aeronave sobrevoando a região.

Ora, sabemos que aquela região é desprovida de base aérea. Se fôssemos vigiar, teríamos que, toda vez que se detectasse uma aeronave não identificada naquela região, deslocar um Mirage de Anápolis para ir lá e identificar essa aeronave, seria um dos maiores absurdos.

Então, há uma série de indagações que temos interesse que os Ministros da área nos tragam para que possamos debater e constataremos a real importância desse projeto. Não temos nenhuma indisposição relativa à implantação. Creio que é sempre mais um avanço nessa área de alta tecnologia. Julgamos ser muito importante a discussão da necessidade e da prioridade da implantação imediata desse projeto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr's Senadoras, dou por cumprido o meu dever, que era o de trazer para o Senado motivação para um debate que reputo da maior importância e que não pode ser minimizado em nome de uma suposta caracterização do assunto como sendo estratégico ou de segurança nacional e, via de consequência, sem dar margem a discussões sérias e aprofundadas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Moisés Abrão, o Sr. Gilberto Miranda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amir Lando.

Durante o discurso do Sr. Moisés Abrão, o Sr. Amir Lando deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aureo Mello.

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, acabo de submeter à Mesa requerimento de informações dirigido ao Exmo.º Sr. Ministro da Fazenda, no qual solicito os seguintes esclarecimentos:

1 – Valor dos recursos retidos pela empresa Petróleo Brasileiro S/A. – PETROBRÁS, a título de empréstimo compulsório incidente sobre o preço dos combustíveis e não repassados ao Tesouro Nacional, bem como o valor desses débitos atualizados monetariamente, de acordo com os índices oficiais, até 30 de junho de 1994.

2 – Discriminação dos débitos dessa empresa relativamente aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal constituídos nos últimos oito anos.

O requerimento, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, visa obter dados oficiais sobre os débitos apurados pelas autoridades fiscais e de responsabilidade da Petrobrás para com os cofres públicos que, segundo declarações do ex-Secretário da Receita Federal, Dr. Osiris Lopes Filho, publicadas nos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, no último dia 19 de julho, atingiu 1 bilhão de dólares.

De acordo com as referidas reportagens, essa surpreendente cifra inclui 430 milhões de dólares referentes à apropriação indébita do empréstimo compulsório sobre combustíveis instituído no governo Sarney pelo *Fundo Nacional de Desenvolvimento* – FND, pago pelos consumidores no período de 1986 a 1988 ao Tesouro Nacional.

Imaginem, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, que todo empresário deste País que tem seu imposto retido, que retém em seu cofre os impostos devidos à União, foi considerado criminoso, até bem pouco tempo, quando da gestão do Secretário Osiris Lopes Filho na Receita Federal, que pediu a prisão desse empresário. É estranho o tratamento diferenciado que se dá aos presidentes e diretores de estatais. Quase todas devem à Receita Federal, devem ao COFINS, devem Imposto de Renda e ao INSS. É de se estranhar que o Senhor Presidente da República não pressione o Ministério da Fazenda e, conseqüentemente, a Receita Federal, para que as empresas públicas paguem aquilo que devem ao Erário e, assim, possamos alocar mais recursos para a educação, saúde e habitação.

Na mesma oportunidade, o Dr. Osiris informou que de acordo com a auditoria feita na estatal, a Petrobrás devia outros 49 tipos de impostos diferentes, inclusive a Contribuição para Financiamento da Seguridade – COFINS; o Imposto de Renda sobre o lucro da empresa; e o imposto sobre a importação de petróleo.

Se a Petrobrás, que é tida como modelo de administração no Brasil, que detém o monopólio da exploração do petróleo, que é privilegiada em tudo neste País, deixa de pagar 49 tributos ao Tesouro Nacional, imaginem como se comporta o resto das empresas brasileiras e das estatais em relação aos tributos pagos pela população.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, numa atitude típica das burocracias onipotentes e, ao mesmo tempo, irresponsáveis porque desacostumadas a prestar contas de seus atos à sociedade e

a seus representantes eleitos, a Petrobrás joga a culpa sobre a Eletrobrás. A **holding** estatal do setor elétrico estaria devendo 650 milhões de dólares, referentes à venda de combustíveis para suas concessionárias que operam com usinas termoeletricas.

O Dr. Osiris, ao meu ver, estava coberto de razão quando insistiu em que não haveria a menor possibilidade de se fazer o encontro de contas pedido pela Petrobrás, já que se trata de débitos diferentes. É a Petrobrás que deve ao Tesouro Nacional, sem contar as dívidas da Eletrobrás. Não deveria haver, em hipótese nenhuma, encontro de contas, e sim aquele que deve ao Tesouro deveria prestar contas diretamente ao Tesouro.

A propósito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o ex-Secretário da Receita Federal é digno de uma agradecida homenagem do espoliado contribuinte brasileiro, pois pela primeira vez conseguiu fazer com que a autoridade tributária entrasse irrestritamente na Petrobrás, abrindo a famosa "caixa-preta" financeira da estatal.

Com efeito, sempre foi um absoluto mistério a dupla atitude exibida pela Petrobrás e, diga-se de passagem, todas as grandes estatais brasileiras: a um tempo, tão sovinas em seu relacionamento com o Fisco e tão generosas ao cumular seus funcionários com vastíssimos elencos de vantagens dessas opíparas cornucópias, que são seus fundos de pensões, aliás, sustentados em boa medida pelo Erário!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já passou da hora de o povo brasileiro saber que, ao contrário do que trombeteiam os ideólogos do corporativismo egoísta e do nacional-socialismo tupiniquim, as estatais não são patrimônio da Nação.

Elas pertencem, na prática, aos seus burocratas. "Usam recursos públicos", como se cansa de denunciar o Deputado e ex-Ministro Roberto Campos (PPR-RJ), "para construir o patrimônio privado de seus funcionários".

Isso já foi exaustiva e irrefutavelmente comprovado pelo relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, de autoria do Senador Cid Saboia de Carvalho, que veio à luz em março do ano passado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o estupro cometido pelos fundos de pensões das estatais contra o Tesouro reduz o "esquema PC" e as estripulias dos anos do Orçamento a mero punguismo de lotação.

De acordo com o relatório da CPI, os fundos de pensões das estatais extorquiram do Erário 1 bilhão e 274 milhões de dólares. Eis o tamanho das doações, fora dos limites legais à PREVI, do Banco do Brasil; à PETROS, da Petrobrás; à SISTEL, da Telebrás; à VALIA, da Vale do Rio Doce; à PORTUS, da extinta Portobrás (imaginem se ainda estivesse funcionando!); à Previnorte, da Eletrobrás; e à PREVIRB, do Instituto de Resseguros do Brasil.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a lei é claríssima quanto ao duplo limite para essas contribuições. De um lado, elas não podem exceder a 7% da folha de pagamento; de outro, a razão máxima entre a contribuição do empregador e do empregado deve ser de 2 para 1.

O relatório indica que a PETROBRÁS, para fixarmos apenas no seu caso, deve ao povo algo mais que o cumprimento da velha promessa de auto-suficiência em petróleo, missão para a qual foi explicitamente criada na distante década de 50. Só em 1992, ela repassou à Petros 22% da folha!

Em 1991, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Petrobrás pagou como dividendo (melhor seria dizer esmola) ao Tesouro Nacional, seu acionista majoritário, irrisórios 16 milhões de dólares, comparados aos cerca de 20 milhões de dólares com que mimoseou os seus funcionários, ao arripio da lei.

Pouco importa que, naquele mesmo ano, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a empresa tenha contabilizado um prejuízo líquido da

ordem de 236 milhões de dólares. A façanha se repetiria no exercício seguinte: contra um lucro de 5 milhões de dólares, a Petrobrás doou aos seus funcionários 70,3 milhões de dólares acima dos limites legais.

Como se não bastasse, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse paquiderme estatal sentou-se, também ilegalmente, sobre os recursos oriundos do imposto de importação de combustíveis, instituído com a finalidade expressa de financiar reparos urgentes nas mortíferas rodovias deste País. Isso para não mencionar o sistemático calote de **royalties** perpetrado pela PETROBRÁS contra estes produtores, como o Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, numa última evidência das injustiças e distorções que o monopólio estatal do petróleo eterniza, permitam-me aludir aos resultados de um estudo que Armando Castelar Pinheiro, do BNDES, e Lauro Ramos, do IPEA, acabam de produzir, para publicação no número de setembro próximo da revista chilena **Estudios de Economia**. De acordo com a pesquisa, intitulada "Diferenciais inter-setoriais de salários e distribuição de renda no Brasil", o monopólio instaurou um verdadeiro **apartheid** no mercado de trabalho brasileiro.

Na extração e refino do petróleo, os salários são cinco vezes maiores que os dos empregados dos setores menos remunerados, como os dos empregados domésticos e dos trabalhadores na agropecuária. Estes trabalhadores são penalizados com salários que estão 28% e 33%, respectivamente, abaixo da média geral.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, parafraseando Fidel Castro, a História não absolverá os políticos e autoridades governamentais que, acovardados pelo **lobby** corporativista dos barões estatais, não aproveitaram o ensejo da Revisão Constitucional para empreender as reformas de que o nosso País tanto necessita para poder entrar no Terceiro Milênio pela porta da frente: a reforma do Estado e a liberalização da economia, com destaque para a eliminação dessas excrescências anacrônicas que são os monopólios estatais do petróleo e das comunicações.

No entanto, o próximo governo, qualquer que seja sua coloração ideológica e sua matriz político-partidária, não poderá mais empurrar o problema com a barriga. Será impelido a enfrentá-lo por dois estímulos poderosos: de um lado, o círculo da miséria, ignorância, doença, fome e violência que nossa "Índia" vai fechando em torno de nossa "Bélgica"; de outro, o apelo irrefutável do efeito-demonstração de experiências estrangeiras (privatização russa, desregulamentação chinesa) e também brasileiras. Afinal, o relatório de pesquisas da Fundação Getúlio Vargas sobre as 50 maiores empresas do Brasil, em 1993, indica que a CSN, privatizada há um ano, já é a maior firma privada de capital nacional, tendo saltado do 18º para o 6º lugar no **ranking** geral das empresas brasileiras.

O Sr. Ronan Tito – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Gilberto Miranda?

O Sr. GILBERTO MIRANDA – Com todo prazer, nobre Senador Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito – Nobre Senador Gilberto Miranda, creio que V. Exª, neste momento, fere o acorde fundamental dessa sinfonia que está elaborando, porque o seu discurso é por demais rico. Fere uma série de assuntos e, agora, chegou a um ponto que considero, sem dúvida alguma, fulcral. Nobre Senador, quando examinamos uma estatal, começamos a perguntar por que, muitas vezes, num determinado momento, ela apresenta um desenvolvimento muito grande e, depois, não o tem mais? Na verdade, as pessoas que hoje reclamam que estamos privatizando são justamente aquelas oriundas do pensamento que criou as dificuldades para que as estatais existissem. Coloca-se cada obrigação para a vida das estatais e seus dirigentes que se torna impossível a sua vida! Há poucos dias, esteve aqui o nobre Superintendente da Em-

braer, Dr. Ozires Silva, engenheiro, Coronel-Aviador, um dos maiores executivos deste País, um homem de inteligência ímpar. Ele disse que só há uma maneira de salvar a EMBRAER: tornando-a privativa, porque ela passaria a ter a agilidade de que precisa. E começou a explicar as razões, mas nós nem precisamos das explicações do ilustre engenheiro e executivo. Vejam o caso da Usiminas, em Minas Gerais: causou uma polêmica enorme neste Plenário quando da sua privatização, porque foi a primeira grande empresa a ser privatizada. O único parlamentar de Minas Gerais, aliás, o único homem público de Minas Gerais que teve coragem de falar que era favorável à privatização da Usiminas fui eu. Pois bem, a Usiminas foi privatizada, a sua diretoria é a mesma de antes, mudou apenas o seu estatuto, e essa empresa que, até então, dava lucros minguados, passou a ter lucros de 247 milhões de dólares já no exercício próximo passado. Vale dizer, que se colocarmos o Imposto de Renda e mais as obrigações agregadas ao lucro, 53% disso irão para os cofres do País. Nunca, nunca a Usiminas pôde retornar essa quantidade de recursos aos cofres públicos. Vale refletirmos um pouquinho sobre privatização e estatização. Não sou contra empresa estatal, acredito até que seja preciso criar algumas no Nordeste para desenvolver aquela região. No entanto, no momento em que começarem a caminhar, teremos que entregá-las à iniciativa privada. Juscelino Kubitschek não estava errado quando criou a USIMINAS, nem Getúlio Vargas quando criou a Companhia Siderúrgica Nacional. Todavia, estaríamos flagrantemente errados se, neste momento, continuássemos a mantê-las, pelo simples fato de que empresas, muitas vezes, precisam de chamada de capitais. Quem? Qual o Parlamentar deste Congresso Nacional que votará uma chamada de capital de 200 ou 300 milhões de dólares para uma empresa estatal fabricar aço, avião, quando está faltando dinheiro para pagar os hospitais, professores, bem como recursos para atender às obrigações básicas do Estado? Não estou dizendo, com isso, que o Estado deve ser mínimo, não deve ter empresas. Na escala de prioridades, as necessidades básicas de que o Estado precisa cuidar, sem dúvida alguma, é quanto à saúde, à educação, à justiça, à segurança. Poderíamos alegar que se se reformasse o Estado, teríamos empresas estatais competentes. A meu ver, é preciso definir o tipo de Estado que queremos. Prefiro o Estado adimplente com o cidadão e inadimplente com a empresa. Eu gostaria de ter o Estado adimplente com a empresa e com o cidadão. No entanto, estamos vendo pessoas querendo um Estado adimplente com a empresa e inadimplente com o cidadão. É dever do Estado — reza a Constituição — é direito do cidadão e obrigação do Estado a Saúde e a Educação. Como estamos com a Saúde e com a Educação? Quanto ganham um professor universitário e um professor primário neste País? Como anda a nossa Justiça, com equipamentos do século passado, e nós cobrando-lhe celeridade? E ainda alguém diz para colocarmos mais 300 milhões de dólares nesta ou naquela empresa. Nobre Senador, V. Ex.^a disse-o muito bem: não temos que ser obscurantistas. Esse negócio de copiar pura e simplesmente aquilo que acontece lá fora talvez seja um pouco de imbecilidade, mas deixar de copiar experiências extraordinárias, corretas, é, no mínimo, uma burrice. Vejamos o exemplo desses países que estão avançando. Desculpe-me, nobre Senador, por ter tomado o tempo de V. Ex.^a, pois o meu aparte já vai bem longe. Eu gostaria de relatar que eu já era Parlamentar e o Brasil tinha 1.8% do PIB do chamado mundo ocidental e cristão. Hoje, desse dito mundo ocidental e cristão não participamos nem com 0,9%; caímos pela metade na participação e vamos continuar crescendo feito rabo de cavalo. Enquanto as potências mundiais estão na terceira ou na quarta onda, nós discutimos o passado. O pior é que esses que estão discutindo o passado se autodenominam "progressistas". Progressistas de quê? Do sepultado? Nobre Senador,

temos de ter coragem de avançar, porque, cada vez que colocamos aqui um discurso heróico para defender-nos ou para defender corporações, aumenta o número de desempregados, aumenta o número dos famintos, aumenta a inadimplência deste País para com seus cidadãos, que não têm assistência na Educação e na Saúde. Como andam as nossas rodovias? Quantas hidroelétricas estão paradas? E nós, no caso, estamos a defender, muitas vezes, nobre Senador, pontos de vista do corporativismo sepultado, segundo a melhor teoria econômica do Século XVII. Alguns defensores do corporativismo estão aqui a me dizer que são progressistas. Peguem os teóricos e verifiquem: no Século XVII foi sepultado o corporativismo, o que, contudo, não aconteceu aqui no Brasil. Aqui, estamos fazendo renascer o corporativismo e, ainda, com a aura de avanço, de progresso. Peço perdão a V. Ex.^a por enxertar em seu discurso essa minha falação. O discurso de V. Ex.^a é cheio de conteúdo e de idéias que precisamos discutir e debater. Não pude me conter. Parabenizo V. Ex.^a pelo brilhante discurso que traz esta tarde ao Plenário do Senado Federal.

O SR. GILBERTO MIRANDA — Agradeço o aparte do nobre Senador e amigo Ronan Tito.

Eu queria lembrar aos Srs. Senadores que começo a ficar assustado com o final de mandato do Senhor Presidente da República, pelas notícias que estamos lendo nos jornais, pelo discurso do Senador Moisés Abrão, hoje, nesta Casa sobre o projeto SIVAM, com a notícia do Ministro da Integração Regional. Fala-se no apagar das luzes, nos últimos 4 meses de um Governo, de um projeto de 1,5 bilhões de dólares para o SIVAM; fala-se num projeto de 2 bilhões de dólares que pode ser 3 bilhões ou 4 bilhões de dólares; não existe projeto para a transposição do São Francisco. Fala-se em reativar o projeto nuclear, ou seja, o projeto de Angra, colocando mais 600 milhões de dólares.

Diziam-me alguns Senadores — não velhos Senadores, mas Senadores velhos nesta Casa, com segundo mandato —, que, no apagar das luzes de Governo, eles pagam os amigos, os inimigos, dão dinheiro para tudo, para livrar a cara de todo mundo que tenha a receber do Estado. Por que o Governo não pensa nas vinte e duas hidroelétricas paradas no País? Por que o Governo não pensa em destinar recursos para as rodovias que estão esburacadas no País inteiro? Estamos assistindo acidentes dia e noite. Por que o Governo não planeja recuperar a saúde pública, a rede hospitalar ou pagar-lhe diárias mais dignas? Não sei por que o Governo perdeu o poder de planejar; só se fala, neste País, em inflação, inflação, inflação...; todavia, não se fala como gastar melhor os impostos arrecadados da população.

É lamentável, Senador Ronan Tito, que, desde o início da fiscalização do Secretário da Receita Federal, até o dia em que S. S.^a saiu, nenhum diretor, nenhum presidente de estatal teve seu nome colocado na lista. Nenhuma prisão foi pedida. Será que é pelo fato de os políticos terem indicado esses presidentes, esses diretores ou será que é pelo fato de a Presidência da República, para fazer acordo com os partidos, ter dado mais de oitocentos cargos à classe política? Essa é uma pergunta que fica.

Está na hora de o novo Secretário da Receita começar a fazer uma fiscalização geral, total, nas empresas do Estado. Vamos começar a pedir a prisão do presidente da estatal que não recolheu os tributos à época em que foi presidente ou daquele que ocupa o cargo atualmente.

Tenho a certeza, Senador Ronan Tito, de que as cadeias iriam ficar um pouco mais cheias. Lamentavelmente, isso não irá acontecer. Elas vão continuar superlotadas com aqueles que roubam, às vezes, para poder sobreviver, para poder comer. Ladrão grande não é apanhado.

Vou passar ao final do meu discurso.

No entanto, o próximo governo, qualquer que seja sua coloração ideológica e seu matiz político-partidário, não poderá mais empurrar o problema com a barriga. Será impelido a enfrentá-lo por dois estímulos poderosos: de um lado, o círculo da miséria, da ignorância, da doença, da fome e violência de nossa "Índia" vai fechando em torno da nossa "Bélgica"; de outro, o apelo irrefutável do efeito-demonstração de experiências estrangeiras (privatização russa, desregulamentação chinesa) e também brasileiras. Afinal, o relatório da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre as cinquenta maiores empresas do País em 1993 indica que a CSN, privatizada há um ano, já é a maior firma privada de capital nacional, tendo saltado do décimo oitavo para o sexto lugar no **ranking** geral das empresas brasileiras. Em segundo e terceiro lugares, respectivamente, aparecem as também privatizadas Usiminas e Tubarão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Miranda, o Sr. Aureo Mello, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assumo esta tribuna, neste 24 de agosto, data fatídica na História do Brasil, que marcou o dia do suicídio de Getúlio Vargas e que marcou também, há dois anos, a leitura do relatório, que não foi um suicídio mas uma denúncia que resultou no afastamento do então Presidente Collor.

Foi um trabalho exaustivo de investigações, em que o Poder Legislativo mostrou a sua capacidade de levar a bom termo, de forma proficiente, segura e séria, uma investigação parlamentar, no uso da soberania popular inerente ao Poder Legislativo, que é o poder de fiscalizar o Poder Executivo.

Lia eu, naquele dia, Sr. Presidente, que o ambiente democrático do País e a vontade popular estavam ansiosas para estabelecer sua soberania no mais puro sentido da democracia participativa, consagrada no parágrafo único do art. 1º da Constituição. Permiti-me, naquele momento, dizer que era preciso mudar: "Mudar é urgente; é preciso mudar a ética do poder, e o povo brasileiro está comprometido com esta mudança".

Se passássemos os olhos no horizonte desses últimos dois anos, poderíamos verificar que, realmente, mudou o País, mudou o Presidente da República, que instaurou normas éticas na conduta da Administração Federal, que resgatou os bons costumes na prática administrativa; mudou, sobretudo, o eixo do poder. E a sucessão se desenvolve neste horizonte onde o povo brasileiro exige, ao menos em boa parte das pesquisas, um pressuposto dos candidatos, que é a condição ética e moral.

Mas eu poderia lançar um desafio a este Congresso numa indagação: mudou o processo político em si, na sua essência? Mudou o tom das campanhas eleitorais, a influência do poder econômico no processo eleitoral?

A esta pergunta, sem realizar uma pesquisa, poderíamos responder que não, que o processo eleitoral continua viciado pela influência brutal do poder econômico. Ainda não modificamos pontos essenciais no que diz respeito às campanhas eleitorais.

Indagava eu e fazia proposições no art. 10 do meu relatório sobre o financiamento das campanhas. Quem financia as campanhas? Por que se financiam as campanhas? Que objetivo leva os financiadores das campanhas a gastar dinheiro para eleger este ou aquele candidato? De onde vêm esses recursos?

E diretamente respondia, e respondo hoje com a mesma segurança: do Erário. Há em grande parte dos Estados da Federação um processo em curso de extrair dos orçamentos públicos, nas licitações, nos contratos de obras e serviços, uma margem dedicada a financiamento de campanhas.

Pregava eu, como solução definitiva, para expungir esse projeto corrupto e corruptor nas eleições nacionais, na necessidade imediata de ser criado um fundo especial de campanha destinado aos partidos políticos, um fundo realista que, realmente, pudesse fazer face às despesas de campanha, claro, equacionadas em quantitativos racionais, não permitindo o exagero dos gastos, a ostentação de certos candidatos que despendem fortunas na conquista de um mandato e que depois têm que se locupletar do cargo para repor o patrimônio desfalcado.

É claro que isso não encontrou eco neste Congresso Nacional! Não encontrou eco, porque aqueles talvez que tinham as lideranças necessárias para dar impulso a projeto dessa natureza não se sensibilizaram ou não acreditaram no processo de limpeza moral que o Brasil necessariamente deveria percorrer. Andamos alguns passos nesse caminho, mas estamos longe de conquistar os pressupostos de uma democracia verdadeira, de um processo eleitoral limpo, para que a vontade popular flua direta e espontaneamente para ser hígida e correta.

Estamos longe de conquistar um espaço na democracia brasileira que poderá consolidá-la, porque, enquanto a vontade popular for viciada, induzida, manipulada, vamos ter sobremodo o governo dos ricos, dos mais poderosos, daqueles que realmente têm influência no contexto dos negócios que se estabelecem com a administração pública.

É difícil, Sr. Presidente, enfrentar uma campanha eleitoral somente munido de princípios. É impossível atravessar esse maremoto da campanha apenas com a bandeira da decência e da dignidade.

Nós, infelizmente, podemos denunciar que no Estado de Rondônia ainda se faz presente a influência brutal e absoluta do poder econômico. Os candidatos oficiais encontram todas as facilidades, todos os recursos necessários para pintar todos os muros e pedras de Rondônia, mas não conseguem gravar os seus nomes na História. Esta gente, que tem todas as facilidades, que detém o controle de todos os negócios, pode, sim, conquistar os recursos para aniquilar aqueles que apenas têm uma mensagem, têm um exemplo de vida, têm o esforço e o trabalho realizado. Pode, mas eu, que acredito na verdade, que sou um obreiro dos princípios que estão gravados na alma, creio ainda que, na vitória, nesta luta brutal entre o bem e o mal, há espaço para a representação fidedigna, para a representação comprometida com os interesses gerais e com o bem-estar da Nação.

Sr. Presidente, infelizmente entramos para esta campanha eleitoral sem modificações profundas na Lei Eleitoral que pudessem reverter o quadro dominante. É aquele mesmo esquema de PC/Collor, que propiciou a vitória do ex-Presidente. Hoje, de maneira mais sutil, cava-se, cavilosamente, os recursos para continuar o mesmo processo de interesses, a mesma maneira insidiosa de embair o povo e negar a vontade genuína da população brasileira.

Sei, Sr. Presidente, que alguns avanços aconteceram, mas não será com os bônus que não têm nenhum acesso no financiamento das campanhas, não será com as modificações havidas no horário gratuito de televisão para a propaganda eleitoral, não será, enfim, toda essa pressão da população, que queria mudanças profundas no País, que vai devolver à democracia brasileira um processo eleitoral limpo, sincero, onde o povo se manifeste espontaneamente.

Sr. Presidente, quero ressaltar que, exatamente há dois anos, o País e a Nação tomavam conhecimento de um relatório que haveria de infundir profundas reformas no processo político brasileiro. Exatamente naquele 24 de agosto citava Getúlio Vargas, quando este afirmou, lembrando o apóstolo João: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará." Quase sempre é fácil encontrar a verdade, difícil é, uma vez encontrada, não fugir dela.

Espero que a Nação não fuja dessas verdades. Não posso deixar de acentuar essa ponta de frustração, porque, mais do que a certeza, eu tinha a esperança de que, naquele momento, o Brasil caminharia em busca da grandeza e da superioridade democrática. Tinha a esperança de que o Brasil, naquele momento, compenetrado nas ruas, na reflexão das massas – só elas são capazes de convencer as próprias massas –, pudesse implantar uma nova ordem ética na atividade política.

Contudo, enquanto o processo eleitoral continuar da mesma maneira, sujeito a todas as pressões econômicas e políticas e à dominação dos mais fortes, o povo, que é o destinatário maior da instituições, ficará alheio ao processo e será, mais uma vez, enganado, embaído e as suas aspirações, os seus anseios, o seu direito à vida, ao trabalho, ao bem-estar, à casa popular, à comida – hoje, 32 milhões de brasileiros estão à margem dessa necessidade fundamental para continuar vivendo –, tudo isso será postergado, tudo isso será a ilusão de um discurso, jamais as liberdades concretas se tornarão efetivas, ficaremos sempre na abstração do discurso das palavras e o bem-estar da coletividade ficará para segunda ordem ou para nunca.

Sr. Presidente, isso o que eu gostaria de registrar neste 24 de agosto, quando, em nome do Senado, em nome da representação popular, como relator da CPI, dei a conhecer à Nação esse documento. Ali estávamos, *companheiros que dirigiram a Comissão*, que participaram como membros ou como voluntários; o Congresso brasileiro em peso tentando abrir uma senda na noite escura da corrupção para buscar uma aurora de decência para todos nós.

Difícil, Sr. Presidente, é defender essa realidade só com palavras, quando notamos que o desejo de mudar se esvai no som e no vácuo que ficam atrás das palavras.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nada se tenha feito no sentido de mudar o núcleo da gênese do poder. Nada se fez. Nesse ponto fulcral do poder político, que é o processo eleitoral, as campanhas continuam a ser financiadas da mesma maneira e os interesses predominam. Há exceções, é preciso que se diga; mas, no grosso e no atacado das eleições, as candidaturas ainda representam grupos que investem para extrair vantagens futuras.

Até quando, Sr. Presidente, vamos continuar com esse processo que envergonha a democracia e que subverte o sentido da representação popular?

O silêncio dos séculos, o silêncio de todos nós será, talvez, a convivência com esse processo, que não tivemos capacidade nem potência de modificar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao eminente Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes Srs e Srs. Senadores, aqui lhes fala um velho companheiro das lides do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, fundador dessa agremiação, devoto e cultor de Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, à época em que se iniciou em atividade política, desconhecedor de certos detalhes que caracterizavam a chamada democracia em si.

Sou do dia em que Getúlio Vargas, tomando um avião, num ato muito raro naquele tempo, foi visitar o Amazonas. E ali profe-

riu o chamado "Discurso do Rio Amazonas", no qual enfatizava a necessidade de se aproveitarem as riquezas piscosas daquela região e, ao mesmo tempo, dava destaque à área mais importante, sem dúvida nenhuma, de toda esta grande Federação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia de hoje, há quarenta anos, Getúlio Vargas agredia os seus inimigos, através do gesto de supressão da própria vida, para evitar que ele e aquilo que simbolizava fossem apeados do poder *manu militari*, de modo humilhante e realmente lamentável para toda esta Nação.

Cercado de amigos leais de um lado, e, do outro, de traidores, aquele Presidente singular e excepcional estava, à altura em que se suicidou, caminhando para um posicionamento nitidamente socializante, porque Vargas, como tantos outros luminares e pró-homens desta República, também tinha o direito de mudar e de evoluir de acordo com as verdades que surgiam à sua consciência e inteligência.

Cito, por exemplo, o nosso querido Monteiro Lobato, que começou ridicularizando o Jeca Tatu. Era o preguiçoso, era o capiau malandro, era o caçador que não olhava o esforço do seu vizinho italiano para enriquecer a terra e fazê-la produzir enquanto ficava, como dizia Rui Barbosa, de côcoras, acocorado esperando que a terra e a natureza lhe trouxessem de presente aquilo que ele desejava para o seu alimento e para o seu bem-estar. Era a mesma figura caluniada também do caboclo amazonense, que, há quem diga, fica na sua barraca em cima d'água, joga a linha com a isca e espera que o peixe morda para subir e fazer o seu assado. Mas Monteiro Lobato depois compreendeu e disse, quando escreveu sobre o Coronel Tatuira, que o Jeca Tatu, que se tornou uma figura folclórica deste País, não era um preguiçoso apenas, era um anemiado, era um abandonado pelos Poderes, era um desassistido que não tinha forças físicas nem espirituais capazes de fazer com que ele evoluísse e se aperfeiçoasse.

Vargas, no princípio, entrou neste País como a espada salvadora que iria impedir o choque radical das forças revoltadas. Era o homem forte do regime que durou 15 anos e que impôs determinada legislação, quase que a peso de força para impedir que ela caísse no ramerrame e na deblateração inútil daqueles que não sabiam como decidir definitivamente as coisas benéficas para esta Nação.

Foi em 1937, quando se estipulou a constituição dita ditatorial, que as medidas mais salutares foram tomadas, a saber, a legislação trabalhista, a realização das empresas estatais constituintes das principais fontes de riqueza deste País, a ELETROBRÁS, a PETROBRÁS, Volta Redonda, que foi como que uma gratificação pela presença do Brasil na II Grande Guerra ao lado dos Estados Unidos, a cooperação dos soldados da borracha, na distante região amazônica, para que as Forças Aliadas conseguissem ganhar a guerra.

E aquele homem que tinha tanta simpatia pelas forças do nazi-fascismo, pelas forças de Hitler e de Mussolini, capitulou diante da pressão do país de Roosevelt para conseguir que o Brasil servisse de base e de patamar para a vitória dos Aliados contra as forças de uma filosofia bem diferente da chamada filosofia democrática.

E se Hitler tinha lá as suas convicções contra o judeu, se ele acusava o semita de lhe sabotar a finança nacional e contra ele reagia de modo tirano, desumano, cruel e anormal; se Mussolini empreendeu a sua luta num país despreparado, que não estava em condições de corresponder aos lances históricos daquela antiga Roma cujos guerreiros haviam conquistado o mundo inteiro, desde a Gália até as remotas muralhas de Cartago, Vargas entregou finalmente o seu Governo, que tantas violências, sem dúvida, praticou,

em nome da ditadura, e se recolheu à simplicidade da sua fazenda no município gaúcho de Itu.

Mas o povo, do qual fazíamos e fazemos parte, o povo humilde, que nada tinha antes, que tinha os seus problemas resolvidos, no tempo de Bernardes, a pata de cavalo, no concernente principalmente a relações de empregados e empregadores; o povo, que não sabia o que era a raiz de uma industrialização capaz de dar a este Brasil, futuramente, a situação que alcançou, inclusive, nos dias atuais; o trabalhador que tinha a garantia de trabalho assegurada pela legislação, estatuída com o apoio de Lindolfo Collor; a população brasileira, no momento em que se apresentaram candidatos do Partido Social Democrático para substituir o General Eurico Gaspari Dutra na chefia do Governo do Brasil, se lembrou do "solitário de São Borja" e a uma voz, como se fosse uma onda gigantesca de um oceano cívico, difícil de se renovar nesta Nação, trouxe na sua crista o nome de Getúlio Vargas, com o apoio em verdadeira debandada da parte de todas as agremiações que tinham outros candidatos, mas que compreenderam que, naquele momento, era Getúlio quem estava com as raízes fincadas no coração das massas e era ele a esperança e o sonho daqueles que desejavam um Brasil mais progressista e bem melhor. E Getúlio assumiu e governou, mas já não era aquele Getúlio de lances rápidos, de lances fulminantes e ditatoriais; era um Getúlio democrata, que gostava de consultar o Congresso e de ouvir a voz da democracia para emitir os seus pronunciamentos; era um Getúlio, decerto, que se arrendia dos atos malvados que a ditadura tinha proporcionado e inclusive – por que não dizer – Otávio Mangabeira, sol fulgurante desta democracia e deste País a respeito de quem o nosso Josaphat Marinho, ainda há pouco, tecia comentários especiais e informava lances históricos singulares.

O Getúlio, que fora apeado do poder pela fala verrineira e monocórdia de Carlos Verneck de Lacerda, não era mais aquele Getúlio da ditadura de 37; era um homem amadurecido, cuja espiritualidade se adelgacera e alcançara patamares e setores que muitas pessoas poderiam jamais imaginar que ele alcançasse; era o Getúlio que esteve na tribuna ao lado de Prestes, que, por sua vez, apesar da mágoa profunda que tinha em relação à morte de Olga Benário, achou oportuno unir as suas forças para que os empobrecidos e sofrendores do Brasil tivessem em Getúlio o líder capaz de lhes proporcionar medidas salutares e iniciativas democráticas e úteis.

Sr. Presidente, concluo estas palavras dizendo a V. Exª que ele, Vargas, no momento em que sentiu a força das mesmas armas que ele tinha usado em outras épocas para, talvez, combater o povo, ele preferiu reagir, através do sacrifício, e imolou-se nas aras da pátria para o bem-estar da nossa população.

O Sr. Maurício Corrêa – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AUREO MELLO – Com muita honra, concedo o aparte ao mestre Maurício Corrêa.

O Sr. Maurício Corrêa – Senador Aureo Mello, lamento ter pedido esse aparte, agora, no final do seu discurso, vejo que V. Exª já foi advertido pelo Presidente, mas não poderia deixar de expressar a minha solidariedade à lembrança que V. Exª traz da morte de Getúlio Vargas, sobretudo do Getúlio Vargas fora do fastio da ditadura, do Getúlio Vargas constitucionista, ou melhor, do Getúlio Vargas da era constitucional. Faço esse aparte, primeiro, porque me vem à memória exatamente a data de 24 de agosto de 1964. Eu, quando estudante em Belo Horizonte, recordo-me das tropas nas ruas e naquele tumulto, um cavalheiro pegou uma lança para bater nos estudantes e acabou caindo do cavalo. Foi um lamentável acidente que ficou marcado em mim. Em segundo lugar, Senador Aureo Mello, e esse é o mérito desse rápido aparte, saúdo a coerência de V. Exª Eu o conheci como ilustre representante do

Estado do Amazonas, na Câmara dos Deputados, pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Compareci à Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, numa convenção em defesa da PETROBRÁS, movimento organizado pelo inesquecível ex-Presidente da República, o mineiro republicano de que V. Exª deve se lembrar muito bem.

O SR. AUREO MELLO – Bernardes.

O Sr. Maurício Corrêa – Exatamente. E, naquela ocasião, V. Exª proferiu um vibrante e extraordinário discurso, e vejo que, passados todos esses anos, agora, já com as suas cãs e um pouco mais forte, V. Exª mantém a coerência e o entusiasmo do trabalho. Esta é a homenagem que lhe presto com esse discurso pela data de hoje.

O SR. AUREO MELLO – Muito obrigado, Senador Maurício Corrêa.

V. Exª estava lá, na ABI, junto das figuras mais expressivas da nacionalidade. Naquele tempo eu estava com o General Leônidas Cardoso, que era pai de Fernando Henrique Cardoso, Abigail Bastos, o General Felicíssimo Cardoso e com todas aquelas forças que desejavam a emancipação verdadeira do Brasil e, ao mesmo tempo, a não-intervenção das forças estrangeiras que ameaçavam solapar e abocanhar parte da Amazônia. Eu lá estava, com V. Exª, nas palçadas brasileiras, falando ao povo, ao lado de Osny Duarte Pereira, ao lado de figuras marcantes do socialismo brasileiro. E queríamos justamente que este País entrasse na fase de humanitarismo autêntico e libertário, evitando-se que, mais uma vez, aquele erro pelo qual Getúlio Vargas teve a bravura e a coragem de gaúcho e de brasileiro de dar um tiro no seu coração viesse a se repetir em nossa pátria, para desgraça dos brasileiros e prejuízo das grandes coletividades oprimidas.

E aqui estou, Sr. Presidente, concluindo estas palavras, para dizer que o 24 de agosto assinala, com a morte de Vargas, a certeza de que uma era de progresso, de avanço, de justiça para esta Nação se abriu, assegurando a situação de nação do Primeiro Mundo que, dia a dia, caminha para um aperfeiçoamento maior e mais perfeito.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Mesa do Senado Federal também presta a sua homenagem pela passagem do 40º ano do falecimento do saudoso e inesquecível Presidente Getúlio Vargas, que foi também membro desta Casa do Congresso Nacional na Assembléia Constituinte de 1946.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem a palavra V. Exª, por cinco minutos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Para uma breve comunicação.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas queria registrar que, ontem, estive em audiência com o Ministro Alexis Stepanenko, das Minas e Energia, e, lá, agradei em nome do povo de Rondônia a sensibilidade do Governo Federal, do Presidente Itamar Franco e do Ministro Alexis Stepanenko no que se refere a uma obra de vital importância para o Estado de Rondônia, que é a transmissão de energia elétrica da Usina de Samuel, nas imediações de Porto Velho, de Ariquemes até Ji-Paraná.

Sr. Presidente, quero ainda assinalar que hoje, no meu Estado de Rondônia, procura-se usurpar essa obra federal, obra do Governo Itamar, aliado do nosso partido, que surgiu como Presidente da República, após o impeachment do Presidente Collor. Os antigos aliados de Collor, os que sustentaram a campanha do ex-presidente naquele Estado, se bandeiam, migram e querem se apropriar de uma obra federal para usar como mote, como motivo para a campanha e a vitória eleitoral.

É lamentável que aqueles que sempre estiveram contra as posições por nós assumidas aqui, que aqueles que sempre se banquetearam do lado do poder, ao se alterar a situação política, mudam de mesa e abocanham os primeiros pratos, expulsando os aliados da primeira hora.

Falo isto, Sr. Presidente, porque a nossa preocupação é que essa obra seja inaugurada o mais breve possível, mas que não se faça dela uma panacéia. Os adversários da nossa coligação "Para Frente Rondônia", que congrega o PMDB, o PSB e o PSDB, pretendem fazer desse evento tão importante para o Estado de Rondônia um trampolim para a vitória eleitoral, porque não têm o mínimo escrúpulo de mudar de posição, pois só sabem cotejar e cortejar o poder.

Quero agradecer as palavras a nós dirigidas pelo Ministro Alexis Stepanenko e deixar claro que o sentido, inclusive, da notícia publicada hoje no **Jornal do Brasil** não foi aquele do encontro, nem aquele da audiência, mas algo de interpretação diversa do que aconteceu foi publicado. A nossa preocupação é que as obras do Governo Federal, nosso aliado, não sejam transformadas em aríetes para avançar contra as hostes da nossa coligação, que tem o perfil da decência e da dignidade, o perfil do homem público que o povo brasileiro esculpiu no cenário nacional.

O que queremos, sobretudo, é levar para Rondônia as lições da CPI, as lições do **impeachment**, para mudar definitivamente aquele Estado, que permanece enlameado nos mesmos vícios, na mesma maneira de fazer política, destruindo o adversário de qualquer maneira, primeiro moralmente, depois, pelas vias de fato, como aconteceu com o Senador Olavo Pires.

É lamentável que a campanha política assuma matizes desta ordem, onde a violência moral constitui o primeiro golpe para abater os adversários, e, depois, os golpes de fato: as apropriações indebitas, as usurpações políticas.

Nesta hora, registramos a profunda gratidão do povo de Rondônia ao Presidente Itamar Franco por ter tido a sensibilidade de dotar o nosso Estado de recursos tão expressivos para resolver uma questão tão crucial como é a energia elétrica.

Ao agradecer ao Presidente Itamar Franco e ao Ministro Alexis Stepanenko, queremos desde já dizer aos rondonianos que esta é uma obra deste Governo, que surgiu à luz destes novos tempos da decência e sobretudo do espírito público.

Durante o discurso do Sr. Amir Lando, o Sr. Júlio Campos, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aureo Mello.

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) – Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 1994

Altera dispositivos da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º o parágrafo único do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

Parágrafo único. A formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativa a imóvel gravado em favor de instituições financiadoras do SFH dar-se-á em ato concomitante à transferência do financiamento respectivo, com a interveniência obriga-

tória da instituição financiadora, mediante a assunção, pelo novo mutuário, do saldo devedor contábil da operação, observados os requisitos legais e regulamentares para o financiamento da casa própria, vigente no momento da transferência.

Art. 2º A transferência dar-se-á mediante simples substituição do devedor, mantidas para o novo mutuário as mesmas condições e encargos do contrato original, desde que se trate de financiamento destinado à casa própria."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 4º, inciso II do art. 10 e o art. 16 da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990.

Justificação

É por demais sabido que atualmente as transações imobiliárias vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação não são realizadas formalmente por temor ao recálculo das prestações do financiamento. Nesta situação, as partes contratantes não se legitimam a obter os benefícios assegurados pelo SFH, tais como a cobertura do seguro de morte e invalidez permanente e o uso dos depósitos do FGTS para amortização da dívida.

A norma legal, com a proliferação dos contratos de "gaveta", se tornou inócua. Mister se faz adaptar o agente financeiro e as partes contratantes à nova realidade, até mesmo por questão de segurança.

Frise-se que não se vislumbra qualquer prejuízo às partes, uma vez que o novo mutuário adquirente assume todas as dívidas e obrigações do antigo mutuário.

Ante o exposto, considerando-se o benefício social que advirá com esta medida, conclamamos os ilustres pares a aprovarem o presente projeto.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1994. – Senador **Júlio Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências.

Art. 1º O mutuário do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) pode transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes do respectivo contrato, observado o disposto nesta lei.

Parágrafo único. A formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativa a imóvel gravado em favor de instituição financiadora do SFH dar-se-á em ato concomitante à transferência do financiamento respectivo, com a interveniência obrigatória da instituição financiadora, mediante a assunção, pelo novo mutuário, do saldo devedor contábil da operação, observados os requisitos legais e regulamentares para o financiamento da casa própria, vigentes no momento da transferência, ressalvadas as situações especiais previstas nos arts. 2º e 3º desta lei.

Art. 2º A transferência dar-se-á mediante simples substituição do devedor, mantidas para o novo mutuário as mesmas condições e encargos do contrato original, desde que se trate de financiamento destinado à casa própria, cujo valor original não ultrapasse os seguintes limites:

I – contratos firmados até 31 de dezembro de 1979, 750 Valores de Referência de Financiamento (VRF) (art. 4º);

II – contratos firmados de 1º de janeiro de 1980 a 31 de dezembro de 1984: 1.100 VRF;

III – contratos firmados de 1º de janeiro de 1985 até a data da vigência desta Lei: 1.500 VRF

Art. 4º Para os eleitos desta lei, considera-se o Valor de Referência de Financiamento (VRF), aquele que, à época da contratação original, tenha sido indicado no contrato como referencial para efeito de atualização monetária do financiamento.

Art. 10. Nas operações de que tratam os arts. 8º e 9º e nas realizadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em que tenha havido operação direta da CEF como instituição financiadora, ficará a cargo do FCVS a responsabilidade sobre o desconto concedido.

Art. 11. O FCVS quitará o saldo de sua responsabilidade junto às instituições financiadoras e, nas hipóteses previstas nos arts. 8º, 9º e 10, junto à CEF, na qualidade de sucessora do BNH, o qual será reajustado mensalmente com base no índice de atualização dos depósitos de poupança e com juros calculados à taxa contratual, observado o seguinte:

I – os saldos decorrentes da aplicação do art. 5º, no prazo de até dez anos, sendo três de carência, com pagamento mensal de juros, e sete de amortização em parcelas mensais consecutivas, vencendo a primeira no 37º mês a contar da liquidação efetivada pelo mutuário;

II – os saldos decorrentes da aplicação do art. 3º, no prazo de até oito anos, em parcelas mensais consecutivas, vencíveis a partir do trigésimo dia após a celebração do contrato de transferência; e

III – a parcela de vinte por cento de que trata o art. 9º, no prazo de cinco anos, em parcelas mensais consecutivas, vencendo-se a primeira no trigésimo dia após a liquidação da dívida pelo mutuário ou após a transferência do financiamento.

Art. 16. Os valores expressos em número de VRF (art. 4º) correspondentes aos descontos absorvidos pelas instituições financiadoras (arts. 3º e 5º) serão considerados como aplicação habitacional pelo prazo de um ano, reduzindo-se em cinquenta por cento após a expiração desse prazo.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 657, DE 1994

Requeiro, nos termos dos arts. 49, inciso X, e 50, § 2º da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1 – O valor total, em reais e/ou URV, das transferências voluntárias da União para Estados e Municípios em cada mês, no período de janeiro a agosto de 1994, agregado por unidade da Federação.

2 – As dez maiores transferências voluntárias de recursos de cada Unidade Orçamentária para Estados e Municípios em cada mês, no período de janeiro a agosto de 1994, justificando-as quanto à necessidade, oportunidade e prioridade de tais transferências.

3 – O valor total, em reais e/ou URV, das transferências da União para cada Estado com seus respectivos Municípios através do Fundo Nacional de Saúde, em cada mês, no período de janeiro a agosto de 1994.

4 – As dez maiores transferências voluntárias de recursos da União para cada Estado com seus respectivos municípios em cada mês, no período de janeiro a agosto de 1994, justificando-as quanto à necessidade, oportunidade e prioridade de tais transferências.

5 – As transferências voluntárias ocorridas no exercício de 1994 para os Municípios de Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Ibotirama (BA), Paratinga (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), Januária (MG), Montes Claros (MG), Pirapora (MG), Buritizeiro (MG), Três Marias (MG), Curvelo (MG), Bom Despacho (MG), Piuí (MG), Lagoa da Prata (MG) e Formiga (MG). Justificar quanto à necessidade, oportunidade e prioridade, informando o respectivo convênio e a data de liberação dos recursos.

6 – Tendo em vista a obra de transposição do rio São Francisco não constar do PPA, da Lei de Meios de 1993 e nem da proposta orçamentária para 1994, informar o valor dos empenhos já realizados para tal projeto, qual a fonte e a rubrica que está sendo utilizada, que Unidades Orçamentárias estão participando do projeto e quanto dos recursos empenhados já foram liquidados.

7 – A execução orçamentária da União, em URV e/ou real, por natureza de despesa e respectiva fonte de recursos, no período de janeiro a agosto de 1994, e o resultado da execução orçamentária neste período.

8 – O valor total, em real e/ou URV, de empenhos não liquidados até a presente data e os empenhos liquidados mas não pagos no exercício de 1994.

9 – Tendo em vista que foi verificado um déficit primário na execução financeira do Tesouro Nacional de R\$3.298.256 no primeiro semestre de 1994, as transferências voluntárias de recursos da União para Estados e Municípios realizadas nos meses de junho, julho e agosto do corrente não prejudicam a meta de equilíbrio orçamentário definido por este Ministério como fundamental para a estabilização da economia?

10 – Qual o montante de recursos liberados para programas de combate à fome e à miséria, sob a coordenação do Conselho de Segurança Alimentar, durante o período de janeiro a agosto de 1994, especificando-se o montante por programa, unidade da Federação, justificando-os quanto à oportunidade, necessidade e critérios de escolha dos municípios beneficiados.

Justificação

Tem havido uma intensificação das liberações de recursos para transferências voluntárias para os Estados e Municípios nos meses de junho, julho e agosto do corrente ano. Estas liberações se dão sem que até hoje, 24 de agosto de 1994, tenha sido aprovada a Lei Orçamentária para este ano que justamente possibilitaria servir de parâmetro para análise de gastos realizados em relação ao que, desde dezembro de 1993, já deveria ter sido aprovado pelo Congresso Nacional. Este requerimento de informações visa dar maior transparência a estes fatos e permitir uma discussão mais profunda fortalecendo o papel de fiscalização dos atos do Executivo pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1994. – Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

A Presidência, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, dispensa o período correspondente à Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de expressar o quanto não está contribuindo para o exercício da democracia o candidato à Presidência da República Fernando Henrique Cardoso, da coligação PSDB/PFL/PTB, ao se recusar a participar do debate que a TV Manchete transmitirá hoje à noite, debate este promovido pela Associação Brasileira de Imprensa e para o qual foram convidados – a princípio, todos os candidatos tinham aceitado o convite – sete dos mais brilhantes jornalistas brasileiros. Esse debate será coordenado pelo jornalista Carlos Chagas.

É de se lamentar que o candidato Fernando Henrique Cardoso, pelo fato de agora estar à frente das pesquisas de opinião, tenha resolvido não debater. Isso lembra o exemplo de um outro Fernando, o exemplo não positivo do candidato Fernando Collor de Mello, que, em 1989, recusou-se a participar de alguns dos principais debates então promovidos pelos meios de comunicação.

Mas, Sr. Presidente, é necessário que o Congresso Nacional se aprofunde na análise do Orçamento da União de 1994, bem como da sua execução. Essa análise enfrenta grandes dificuldades devido às reformulações que o próprio Executivo realizou em suas proposições.

Lembremos que a primeira versão foi enviada em 31 de agosto de 1993 ao Congresso Nacional dentro do prazo constitucional. Em dezembro de 1993, o Executivo enviou uma primeira modificação e somente em maio de 1994 encaminhou a versão definitiva da proposta do Executivo.

Apesar das alterações necessárias decorrentes da aprovação do Fundo Social de Emergência, o Orçamento foi praticamente refeito entre a primeira e a última proposição.

Faltando apenas quatro meses para o final do ano, o Orçamento da União não foi ainda votado pelo Congresso Nacional. O Governo tem se utilizado da edição de medidas provisórias para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo com isso executar o Orçamento sem critérios claros e objetivos.

Comparando-se o projeto de lei enviado ao Congresso e suas modificações e a execução orçamentária dos itens de investimento, distribuídos por Estados e seus respectivos municípios, verificamos que existem discrepâncias significativas. A proporção de verbas para investimentos empenhadas até 13 de agosto pelo Governo Federal para cada estado e seus municípios distancia-se significativamente daquela constante de sua própria proposta orçamentária. Por exemplo, o Estado do Espírito Santo, que participava com 1,54% dos investimentos propostos, recebeu 3,27% das verbas para investimentos empenhadas pelo Governo a Estados e Municípios, configurando uma execução 112% superior a sua participação na proposta orçamentária. Esta mesma disparidade é de 102% para Rondônia, 75% para Mato Grosso, 75% para Minas Gerais, ou seja, estes são os Estados com os maiores incrementos de sua participação no valor executável em relação ao proposto.

Por outro lado, existem aqueles Estados que têm sido prejudicados pela forma como tem sido executado o Orçamento. São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Amapá e Roraima têm recebido menos da metade de suas participações nos recursos para investimento, sem que tenha havido para o Congresso Nacional a explicação dos critérios adotados.

Se utilizarmos outro parâmetro, as distorções continuam evidentes. Considerando-se o Fundo de Participação dos Estados e Municípios como critério, o Estado de Minas Gerais, por exemplo, teria uma participação de apenas 6,5% nas verbas de investimento;

entretanto, sua participação na execução orçamentária foi de 24% configurando um incremento de 268%.

O segundo Estado mais beneficiado é a Bahia, que, pelo critério, teria a participação de 5,64% e obteve 14,06% do total empenhado em todos os Estados, levando ao incremento de 150%. Outros Estados beneficiados foram Mato Grosso e Rondônia, que obtiveram mais do dobro do que lhes seria destinado, caso adotássemos o critério do Fundo de Participação. Neste caso, também pode-se identificar os Estados mais prejudicados, como Roraima (97%), Amapá (-93%) e Sergipe (-83%).

Há ainda evidências de utilização de recursos públicos relacionada a fins eleitorais. Em 14 de agosto último, a Folha de S.Paulo afirmou que, a partir de junho, 126 milhões de reais foram usados em pequenos convênios que tratavam de "gastos típicos eleitorais, desde a compra de ambulâncias e ônibus escolares até a pavimentação de ruas". Por outro lado, nos cinco primeiros meses do ano o valor acumulado foi de 30, 35 milhões de reais, demonstrando um grande salto nesses tipos de gastos governamentais muito similares àqueles analisados pela CPI do Orçamento. Enquanto isso, o sistema de saúde está passando por situações de precariedade, com prejuízo para o atendimento à população mais humilde, pois o Governo não libera recursos suficientes para o seu custeio. A diferença agora é que não há Orçamento aprovado e os fatos se sucedem.

A revista IstoÉ na sua última edição noticiou que as cidades de Piuí e Formiga, após serem visitadas pela Caravana da Cidadania, do candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva, receberam transferências voluntárias do Governo Federal de 88 mil reais e 189,2 mil reais, respectivamente. A estranha coincidência ocorreu também nas cidades de Lagoa da Prata, Bom Despacho e Curvelo. Nas cidades de Juazeiro (BA) e Montes Claros (MG), as transferências atingiram valores significativos de 260,3 mil reais e 573,3 mil reais. Quem sabe possa Lula visitar – mas isso não é possível – todos os Municípios brasileiros.

Essas formas questionáveis de utilização de recursos públicos foram intensamente denunciadas pela CPI do Orçamento. Este período, entretanto, de natureza eleitoral vem demonstrando que práticas similares estão sendo utilizadas pelo Poder Executivo. Neste caso, a responsabilidade por estes gastos é do Governo, mas a postura do Congresso Nacional em não votando o Orçamento até o presente é de clara convivência com tais práticas.

Essas liberações tornaram-se viáveis após uma sucessão de medidas provisórias que alteraram a Lei de Diretrizes Orçamentárias no sentido de permitir que itens orçamentários possam ser executados sem que se tenha qualquer restrição ou quotas mensais. É de se estranhar que o Governo tenha proposto e se empenhado na aprovação do Fundo Social de Emergência, que reduzia até mesmo as transferências obrigatórias de recursos da União para os Estados e Municípios, e que agora esteja praticando políticas de transferências voluntárias e, portanto, sujeitas a manipulações de ordem política e eleitoral.

Sr. Presidente, lembro-me de ter ouvido o então Ministro Fernando Henrique Cardoso dizer que aqueles critérios, antes considerados inadequados, de distribuição de recursos ligados a fins político-eleitorais e vinculados a fatos irregulares apontados por Parlamentares, tidos como uma inadequação durante a CPI do Orçamento, seriam evitados por parte do Governo. Por isso, recomendava o Ministro Fernando Henrique Cardoso que se aprovasse o Fundo Social de Emergência.

No entanto, o Governo parece não se importar com o que estabelece como pressuposto básico da estabilização: o equilíbrio orçamentário do Tesouro. Este argumento sempre surge quando

precisam ser adiadas despesas essenciais, como os gastos para a manutenção do Sistema Único de Saúde, mas não encontra repercussão nas autoridades executivas para limitar os gastos em que os beneficiados podem ser arbitrariamente escolhidos.

Essas razões fazem-nos apresentar um requerimento de informações para que o Governo, de maneira mais transparente, diga de seus critérios. São as seguintes as informações que estou solicitando do Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero:

1 – O valor total, em reais e/ou URV, das transferências voluntárias da União para Estados e Municípios em cada mês, no período de janeiro a agosto de 1994, agregado por Unidade da Federação.

2 – As dez maiores transferências voluntárias de recursos de cada Unidade Orçamentária para Estados e Municípios em cada mês, no período de janeiro a agosto de 1994, justificando-as quanto à necessidade, oportunidade e prioridade de transferências.

3 – O valor total, em reais e/ou URV, das transferências da União para cada Estado com seus respectivos Municípios através do Fundo Nacional de Saúde, em cada mês, no período de janeiro a agosto de 1994.

4 – As dez maiores transferências voluntárias de recursos da União para cada Estado com seus respectivos municípios em cada mês, no período de janeiro a agosto de 1994, justificando-as quanto à necessidade, oportunidade e prioridade de tais transferências.

5 – As transferências voluntárias ocorridas no exercício de 1994 para os Municípios de Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Ibotirama (BA), Paratinga (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), Januária (MG), Montes Claros (MG), Pirapora (MG), Buritizeiro (MG), Três Marias (MG), Curvelo (MG), Bom Despacho (MG), Piuí (MG), Lagoa da Prata (MG) e Formiga (MG). Justificar quanto à necessidade, oportunidade e prioridade, informando o respectivo convênio e a data de liberação de recursos.

6 – Tendo em vista a obra de transposição do rio São Francisco não constar do Projeto de Planos Plurianuais, da Lei de Meios de 1993 e nem da proposta de 1994, informar o valor dos empenhos já realizados para tal projeto, qual a fonte e rubrica que está sendo utilizada, que unidades orçamentárias estão participando do projeto e quanto dos recursos empenhados já foram liquidados.

7 – A execução orçamentária da União, em URV e/ou real, por natureza de despesa e respectiva fonte de recursos, no período de janeiro a agosto de 1994, e o resultado da execução orçamentária neste período.

8 – O valor total, em real e/ou URV, de empenhos não liquidados até a presente data e os empenhos liquidados mas não pagos em 1994.

9 – Tendo em vista que foi verificado um déficit primário na execução financeira do Tesouro Nacional de 3.298.256 reais no primeiro semestre de 1994, as transferências voluntárias de recursos da União para os Estados e Municípios realizadas nos meses de junho, julho e agosto do corrente não prejudicam a meta de equilíbrio orçamentário definido por este Ministério como fundamental para a estabilização da economia?

10 – Qual o montante de recursos liberados para programas de combate à fome e à miséria, sob a coordenação do Conselho de Segurança Alimentar, durante o período de janeiro a agosto de 1994, especificando-se o montante por programa, unidade da Federação, justificando-os quanto à oportunidade, necessidade e critérios de escolha dos municípios beneficiados.

Seria importante, Sr. Presidente, sabermos, mesmo em se tratando de programas de emergência, que critério o Governo adota, se é o critério político, o critério da necessidade, ou o critério de sorteio. Qual é o critério?

Tem havido intensificação das liberações de recursos para transferências voluntárias para Estados e Municípios de junho, julho e agosto do corrente ano. Essas liberações se dão sem que, até hoje, 24 de agosto de 1994, tenha sido aprovada a Lei Orçamentária para este ano, que justamente possibilitaria servir de parâmetro para a análise dos gastos realizados em relação ao que, desde dezembro de 1993, já deveria ter sido aprovado pelo Congresso.

Este requerimento de informações visa dar maior transparência a esses fatos e permitir uma discussão mais profunda, fortalecendo o papel de fiscalização dos atos do Executivo pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, em relação a esse assunto, houve um artigo de grande relevância, publicado na *Folha de S. Paulo*, escrito pelo economista Álvaro Antônio Zini Jr., denominado "Os Tributos no Nascimento da Democracia", que passo a ler, comentando alguns de seus trechos, dada a sua relevância.

A democracia floresceu na Grécia nos séculos V e IV a.C. Sua expressão mais vigorosa deu-se no Governo de Péricles (469 a 429 a.C.). Uma situação sólida das finanças públicas, para uma cidade como Atenas, que se defrontava com frequentes campanhas militares e precisava custeá-las, tinha uma importância vital, pois a cidade que perdia a guerra podia ser saqueada e seus moradores mortos ou escravizados.

Na Atenas clássica – isso é muito interessante – não havia impostos ("algo imposto") e não havia cobradores de imposto. Os recursos necessários ao Estado e às festividades públicas (para a encenação das tragédias, das comédias, as corridas de archote, preparação das Olimpíadas) eram coletados de doações regulares dos cidadãos.

Esses tributos voluntários eram oferecidos à administração da cidade em procissões públicas denominadas "liturgia", das quais toda população tomava parte.

As liturgias eram regulares e em certas datas do ano: cada chefe de família levava sua contribuição sob a vista dos demais. A persuasão moral (e a disputa para não ficar abaixo do vizinho) era o principal modo como se coletava tributos.

O civismo dos gregos era forte e cresceu na medida em que cresceram suas liberdades políticas. O cidadão sabia que assim como, em tempos de guerra, a pátria podia demandar suas vidas, em época de paz, requeria dedicação de horas com os assuntos da Assembléia, dos tribunais e outros deveres comunitários.

Um dos tributos mais interessantes foi a "eísfora". Em tempos de guerra ou quando alguma obra extraordinária era julgada necessária, reunia-se uma assembléia especial para aprovar esse tributo especial.

A eísfora incidia sobre o valor das propriedades, as quais estavam devidamente registradas nos "diagramas" públicos, tratava-se de um imposto sobre o capital.

Outro tributo permanente e também sob a forma de contribuição voluntária, foram as trierarquias. Tratavam de contribuições para construir os ágeis barcos triremes. Tanto a construção quanto a manutenção da equipagem corria por conta dos que tinham mais recursos.

Não julgue o leitor que tudo isso se sustentava em um regime brutalmente escravocrata. Na época enfocada a maioria dos moradores de Atenas era de homens e mulheres livres.

O historiador alemão Belock estimou que, por volta do ano 430 a.C., Atenas possuía uma população de 230 mil pessoas: 120 mil eram cidadãos livres incluindo-se crianças e mulheres, 30 mil eram metecos (estrangeiros) e 80 mil escravos.

Os templos da Acrópole, por exemplo, foram todos construídos por homens livres com recursos do Tesouro público.

Vindo para o presente, é claro que as regras tributárias de Atenas não podem ser transpostas para o século XX – e muito menos para o Brasil: mudou a sociedade, mudou a base econômica. E onde encontrar tal civismo? Mas pode-se tirar algumas lições. Estas, sim, para o Brasil de hoje.

Primeiro, a noção de cidadania. Que beleza se nossas elites compreendessem a ligação direta entre pagamento de tributo, civismo e bem-estar comum da comunidade. Democracia, afinal, são direitos e deveres compartilhados.

Segundo, era inconcebível em uma cidade grega haver gasto de dinheiro público sem que antes isso tivesse sido expressamente aprovado pela Assembléia. Uma situação como a da nossa democracia que, em agosto, ainda não tem um Orçamento Federal aprovado, mas tem autorizado gastos por decisões do Executivo, seria reputada como uma tirania. E a luta contra a tirania foi a marca do cidadão grego.

Terceiro, e isso está documentado em diversos períodos da História, os cidadãos pagam impostos com mais boa vontade quando é mais direta e mais perceptível a ligação entre tributos e sua destinação.

Quarto, a noção de publicidade. As liturgias, as eísforas e as encíclicas todas eram pagas em público. O argumento da dissuasão moral fazia-se forte para quem pensasse em não pagar.

Que tal se se publicasse a lista de quem paga Imposto de Renda? O sr. fulano de tal deseja ser candidato a Presidente? Quanto pagou de Imposto de Renda?

É muito relevante este artigo de Álvaro Zini Júnior, 41 anos, Professor na Faculdade de Economia e Administração da USP, autor do livro *Taxa de Câmbio, Política Cambial no Brasil* e, atualmente, professor visitante da Universidade de Harvard.

Assim, Sr. Presidente, vamos ver se as lições, aquelas que são relevantes para nós, do conceito de pólis, do conceito de cidadania das cidades como Atenas e outras da Grécia antiga possam, pelo menos, vir para o nosso tempo. Claro que não queremos que exista entre nós a escravidão, mas o conceito de aprovar gastos públicos com base na vontade da população, dar publicidade ao que é feito com o dinheiro público são coisas que precisamos aplicar muito melhor do que temos feito até o presente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) – O requerimento de V. Ex^a será encaminhado na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esta Casa, que representa o povo em assembléia, cometeria injustificável omissão se não registrasse, com o merecido destaque, o transcurso de efeméride de grande importância para a Nação: "O Dia do Soldado", a ocorrer amanhã, dia 25 de agosto.

Esta data foi escolhida para homenagear os soldados de terra, por lembrar o natalício do maior de todos eles, o Marechal Luís Alves de Lima e Silva, "O Duque de Caxias".

Se perquirirmos a vida desse grande brasileiro, verificaremos que essa saga gloriosa iniciou-se, ainda nos albores de nossa soberania, combatendo, como porta-bandeira do Batalhão do Imperador, as tropas portuguesas que, na Bahia, resistiam ao ato corajoso de D. Pedro I, materializado às margens do Ipiranga, com o brado: "Independência ou Morte".

Caxias consolidaria seu valor militar na pacificação de províncias rebeladas contra o poder central do Império, no conturbado período subsequente à abdicação do nosso primeiro Imperador. Nesses embates, em que apenas as idéias eram contraditórias, conseguiu Caxias fazer prevalecer e defender a unidade da Pátria, acima das paixões exacerbadas. Mesclando em doses perfeitas energia, autoridade, competência militar e magnanimidade, soube conduzir a bom termo sua ação pacificadora, coroando as vitórias com a concessão de anistia aos vencidos. Afinal, eram todos brasileiros.

Antes e depois de lançar-se à frente das tropas, que, na região platina, garantiriam a integridade do território nacional, Caxias revelaria seu estofo de estadista, ao exercer os elevados cargos de ministro de Estado de Chefe de Governo.

Sua luminosa trajetória de realizações em proveito do Exército e da Pátria, quer na paz, quer na guerra, elevaram-no à condição de paradigma do soldado de hoje, que nele se inspira para realizar suas tarefas, imprescindíveis ao fortalecimento do País.

O Exército de hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o mesmo povo em armas que, outrora, na formação de nossa nacionalidade, com estoicismo, defendeu a posse da nossa Terra, ampliou a base territorial, repeliu invasões estrangeiras.

Nascido na época dos Montes Guararapes, o Exército Brasileiro, desde então, contém extrato do que há de melhor de nossa gente, integrando brasileiros diferentes nas raças, nos credos e nas origens sociais, mas igualados no mesmo amor à Pátria que os viu nascer. O Exército é o instrumento da vontade soberana do povo e a ele compete defender a Pátria, independente do vulto ou da natureza do óbice que eventualmente a ameace, não obstante a Nação, como um todo, estar envolvida em sua segurança.

Sabidamente, a Constituição consagra o emprego do Exército, não apenas na defesa externa, mas na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Instituição essencialmente democrática, o Exército vela diuturnamente para que à Nação sejam propiciadas as condições de, em paz e em ordem, produzir e prosperar.

Solidário em todas as momentos, o Verde-Oliva participa do esforço nacional para resgatar nossa enorme dívida social. Por intermédio de ações complementares, o Exército presta assistência à criança desamparada, constrói rodovias, ferrovias e açudes, distribui alimentos em áreas carentes e constitui-se, não raras vezes, em único ponto de referência da Pátria nos confins de nossas fronteiras na Amazônia e no Oeste do Brasil.

A par da realização de tarefas de elevado alcance social, o Exército não descuida da preparação para o cumprimento de sua missão constitucional. Pela incorporação anual, em suas fileiras, de quase centena de milhares de jovens, pela instituição – por todas as formas benéfica – do Serviço Militar Obrigatório, o Exército anualmente renova, com a contribuição desses jovens, sua identificação com os anseios maiores e sua fidelidade aos princípios, valores e ideais nacionais, além de completar-lhes a formação de cidadão.

A dispersão de suas organizações militares por todo o vasto território nacional confere-lhe a condição de amálgama a solidificar a união de todos os brasileiros.

É bom que se diga, por outro lado, que o Exército não cumpre sua missão de esteio da segurança nacional apenas quando, pelas armas, age para afastar ameaças concretas. A simples existência de força adestrada, motivada e coesa já basta para dissuadir quaisquer aventuras de atentar contra a soberania nacional. Não configura, portanto, mera obra do acaso ou da providência o fato de o Brasil encontrar-se, a partir do término da II Guerra Mundial, a salvo do envolvimento em conflitos de baixa intensidade, que tem infelicitado tantos países, consumindo vidas inocentes e dilapidando recursos preciosos. A estes homens de farda verde-oliva, a Nação deve a sensação de paz e tranquilidade que inebria todos os brasileiros, predispondo-os ao esforço para colocar nosso País na posição que ele merece no concerto das nações.

Sr. Presidente, nobres Senadores, pela extensa e profícua folha de serviços que tem prestado à Nação, o Exército sempre se fez merecedor do reconhecimento de todos os brasileiros. Por isso, esta Casa de representantes do povo associa-se ao justo regozijo da brava gente verde-oliva e, na figura insigne de seu ilustre Patrono, o Marechal Luís Alves de Lima e Silva, "O Duque de Caxias", homenageia todos os seus soldados, do mais humilde recruta a seu comandante, o Ministro Zenildo Lucena.

Que esta Casa, lídima representante da federação brasileira, não apenas em alocuções como esta, tribute a seus soldados o justo reconhecimento pelo velar contínuo, mercê do despojamento que os caracteriza e do patriotismo que os move, que devotam durante todo o tempo e em todos os quadrantes deste grande País.

Parabéns, Caxias! Parabéns, Exército Brasileiro!

Sr. Presidente, outro assunto me traz a esta tribuna na tarde de hoje.

Comunico que solicitei providências urgentes ao Ministério dos Transportes com vistas à restauração das rodovias federais BR-116 e Transamazônica, nos percursos compreendidos no Estado do Ceará.

Essas rodovias, da maior importância para a economia cearense, encontram-se em estado precário: a sinalização é deficiente, o asfalto foi danificado ou desapareceu em grandes extensões, alguns trechos estão praticamente intransitáveis devido ao grande número de buracos.

Tenho recebido inúmeros telefonemas e fac-símiles de prefeituras, câmaras municipais e empresas de transportes de cargas e de passageiros, reclamando dos prejuízos sofridos diante do estado das mencionadas rodovias, o que tem provocado a elevação dos custos dos transportes em virtude de acidentes, quebra de veículos, gastos maiores com manutenção e atraso no cumprimento dos percursos. Para agravar a situação, foi verificada recentemente uma onda de assaltos a ônibus, pelo fato dos mesmos serem obrigados a trafegar em baixas velocidades para vencerem os trechos esburacados. Ocorrências lamentáveis, dessa natureza, estão sendo veiculadas rotineiramente em destaque pela imprensa.

Compartilho com a opinião que é muito menos oneroso e mais racional para o País conservar suas rodovias do que ter que reconstruir os trechos danificados, a um custo tão elevado que daria para construir novas estradas. Proponho a destinação de recursos específicos para um programa permanente de manutenção de rodovias federais, para evitar que cheguem ao estado atual, o que tem provocado prejuízos incalculáveis à economia nacional e é uma das principais causas do número assustador de acidentes de trânsito.

Estou certo que o Senhor Ministro dos Transportes, sensibilizado com os argumentos ora apresentados, adotará providências imediatas para que as mencionadas estradas sejam restauradas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) – A Mesa se associa plenamente ao regozijo e às manifestações que o Senador Reginaldo Duarte propõe e alvitra para o Dia do Soldado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Almeida.

O SR. HENRIQUE ALMEIDA (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, a Constituição tem que ser voltada para o futuro.

Faltando quatro meses para empossarmos o governante que vai suceder o presidente Itamar Franco, considero da maior importância que o Brasil já comece a discutir a necessidade de uma reforma constitucional capaz de colocar esta nação mais harmonizada com as mudanças ocorridas no mundo. Longe de mim desconhecer as qualidades do texto constitucional aprovado em 1988, sobretudo nos capítulos referentes às garantias individuais e aos direitos sociais. Nesse ponto, nossa Constituição é uma das mais belas do mundo.

Mas nem só de estética vive um texto Constitucional. No mundo dinâmico em que vivemos hoje, é urgente reformar nossa Carta Magna, até para definirmos o tipo de Estado que queremos. É fundamental revermos o texto constitucional, até para meditarmos sobre a melhor forma de torná-lo mais duradouro e confiável. É inexplicável que, estando em plenas condições de retomar o caminho do desenvolvimento, o Brasil mantenha uma Constituição em que é flagrante seu deliberado estatismo, anacrônico num mundo que se caracteriza pela competitividade.

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, a tendência no mundo de hoje é a abertura das economias nacionais, é a criação de blocos regionais, é a globalização dos mercados em escala internacional, é a competitividade mundial. Tudo isso torna inexplicável a teimosia ideológica que criou reservas de mercado e delírios autárquicos, que direcionam o Brasil para o atraso tecnológico e a baixa capacidade de competir. O mundo já demonstrou que Estados hipertrofiados estão fadados ao retrocesso e à falência.

E o Brasil não merece um destino assim. Como diz o candidato Fernando Henrique Cardoso, o Brasil não é mais um país subdesenvolvido. Nosso País é uma das dez maiores economias do mundo, está pronto para crescer e tem um potencial enorme para desenvolver-se. A Constituição aprovada em 1988 precisa ser adaptada às realidades do mundo contemporâneo, e o Estado brasileiro precisa ser redirecionado para tarefas que lhe são específicas e que estão sendo pessimamente desempenhadas. Refiro-me a questões como saúde, educação, saneamento básico e segurança pública, que estão entre as mais sérias preocupações vividas hoje pelo povo brasileiro.

Tudo indica que, quem quer que se eleja sucessor do presidente Itamar Franco, vai propor uma reforma dessa Constituição, sobretudo nos dispositivos referentes ao Sistema Tributário, Previdência Social e Monopólio Estatal. No momento em que nos debruçamos sobre essa reforma, Sr. Presidente, considero da maior importância que eliminemos também o impressionante detalhismo da Carta aprovada em 1988. Numa sociedade dinâmica, a Constituição deve limitar seus mandamentos às normas de organização e funcionamento do

Estado e aos direitos fundamentais do cidadão. Não se justifica mais colocar num texto desses as utopias e ilusões de um século que já acabou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão extraordinária de amanhã, às 15 horas, convocada neste momento, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

OFÍCIO Nº S/56, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/56, de 1994, através do qual o Banco Central do Brasil encaminha a solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro no sentido de que aquele Município possa emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária, vencível no 2º Semestre de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

2

OFÍCIO Nº S/63, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/63, de 1994, através do qual o Governo do Estado de Pernambuco solicita autorização para realizar operação de crédito externo junto ao Brazilian American Merchant Bank, no valor de US\$ 50.000.000,00, equivalentes a R\$ 50.000.000,00, em 1º de julho de 1994, cujos recursos serão destinados a projetos previstos no art. 2º da Lei nº 11.096, de 30.06.94. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

3

OFÍCIO Nº S/64, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/64, de 1994, através do qual o Governo do Estado de São Paulo solicita autorização para alterar o percentual de rolagem de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1994, de 91%, autorizado pela Resolução nº 25/94, do Senado Federal, para 100% da dívida. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

4

OFÍCIO Nº S/66, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/66, de 1994, através do qual o Governo do Estado de Minas Gerais solicita autorização para alterar o

percentual de rolagem de sua dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

5

REQUERIMENTO Nº 638, DE 1994

Votação, em turno único, do Requerimento nº 638, de 1994, da Senadora Júnia Marise, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1992, de sua autoria, que submete a nomeação do Secretário da Receita Federal à prévia aprovação do Senado Federal.

6

REQUERIMENTO Nº 641, DE 1994

Votação, em turno único, do Requerimento nº 641, de 1994, do Senador Lourival Baptista, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1994 (nº 4.146/93, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências".

7

Apreciação do Edital de Privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. - Embraer, nos termos da Resolução nº 53, de 1994, do Senado Federal. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h10min)

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 255, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve tomar sem efeito a nomeação de SAULO LÚCIO DE OLIVEIRA para o cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade de Transporte, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Presidente nº 167, de 1994, em virtude de desistência voluntária da referida nomeação, de acordo com o Proc. nº 007.761/94-5.

Senado Federal, 7 de julho de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN Seção II), de 8-7-94

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 259, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016.408/90-0, resolve, alterar o

Ato desta Presidência nº 484, de 1991, publicado no DCN II, de 22-5-91, para manter aposentado, JOÃO DE DEUS VIZIO-LI, Inspetor de Segurança Legislativa, Classe Especial, Código SF-AL-NS-016, Referência NS-19, nos termos dos artigos 101, inciso III, 102, inciso I, alínea a, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, combinado com os artigos 428, inciso II; 429 inciso I, e artigo 430, inciso III e V da Resolução SF nº 58/72, artigos 2º e 3º da Resolução SF nº 358/83, e artigo 1º da Lei nº 1.050, de 1950; artigo 3º, da Lei nº 5.903, de 1973, e artigo 10, da Lei nº 4.435 de 1964, a partir de 2-3-85, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 12 de julho de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II), de 14-7-94

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 276, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.590/94-0 resolve designar JOÃO HÉLIO CARVALHO ROCHA, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir o Diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas, símbolo FC-8, no período de 1º-9-94 a 30-9-94, durante o afastamento do titular, em gozo de férias.

Senado Federal, 29 de julho de 1994. – Senador **Júlio Campos**, Presidente do Senado Federal, em exercício.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II), de 2-8-94

(*) ATO DE APOSENTADORIA Nº 271, DE 1993

Da Servidora Wilma Noletto Maranhão de Oliveira, Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão V.

Apostila

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato, para excluir a Resolução SF nº 21/80 e incluir a Resolução SF nº 42/93.

Senado Federal, 15 de julho de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção III), de 23-7-94

ATO DO PRESIDENTE Nº 289, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e consoante o disposto nos artigos 66 e 67, do Ato nº 31, de 1987, da Comissão Diretora, resolve:

Art. 1º Designar, para integrarem Comissão Especial destinada a proceder a avaliação dos bens móveis diversos, considerados obsoletos ou irrecuperáveis, listados nos Processos nºs 000160/93-8, 023474/93-9, 023500/93-0, 023501/93-6, 023502/93-2, 023503/93-9, 005390/93-1, 002331/94-8, 003135/94-2 e 003678/94-6, como membros efetivos, os servidores Nicolau Bonvakiades, Leandro Antony Júnior, Flávio Rodrigues Motta, Francisco das Chagas Bezerra, Pedro Carvalho

Rodrigues, Francisco de Oliveira Pedreira, Adalberto José Carneiro Filho e, como suplentes, os servidores José Ivan de Oliveira e Raimundo Alves da Paz.

Art. 2º A Comissão Especial será presidida pelo servidor Nicolau Bonvakiades, e, nos eventuais impedimentos, por um dos membros efetivos, indicados pelo titular.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos de avaliação é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Ato.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 24 de agosto de 1994. – Senador **Júlio Campos**, Presidente do Senado Federal, em exercício.

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 79, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o disposto no artigo 2º, do Ato nº 9, de 1992, do Primeiro-Secretário, resolve:

Art. 1º Designar os gestores dos contratos celebrados entre o Senado Federal e as empresas abaixo relacionadas:

– Rio Platense Construções, Projetos e Consultoria Ltda. – Contrato nº 29, de 1994: realização de "reforma e adaptação da Unidade Infra-basilar do Anexo I do Senado Federal" – Titular: Tadeu Izidro Patrocínio de Moraes (matrícula nº 3180); Substituto: Carlos Magno Fagundes Franci (matrícula nº 2369).

– Eleservice do Brasil – Componentes Eletrônicos Ltda. – Contrato nº 31, de 1994: realização de "serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de 5 (cinco) elevadores do Senado Federal, marca OTIS" – Titular: Raimundo Manoel do Nascimento (matrícula nº 3223); Substituto: Sidnei José Kronemberger (matrícula nº 1263).

– Método Empreendimento de Engenharia Ltda. – Contrato nº 32, de 1994: "construção de um Castelo d'água para atender as Unidades de Apoio do Senado Federal" – Titular: Tadeu Izidro Patrocínio de Moraes (matrícula nº 3180); Substituto: Carlos Magno Fagundes Franci (matrícula nº 2369).

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Em 29 de junho de 1994. – Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 112, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 014.396/94-7 resolve nomear João Raymundo Costa Filho para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jacques Silva.

Senado Federal, 23 de agosto de 1994. – Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucdio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marco Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda Vago	MT-3029	Vago Vago	
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94
PTB			
Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341 Sala de reuniões: 3652 Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas. Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa			

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB

Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

PDC

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL _ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA _ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dario Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL

Dario Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
------------------	------------	-----------------	------------

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE				PTB			
(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: Valmir Campelo Vice-Presidente: Juvêncio Dias				Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
				Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
				Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80
				PDT			
				Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
				PRN			
				Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
				Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18
				PDC			
				Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
				PDS			
				Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
				PP			
				Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
				PT/PSB			
				Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
				Secretária: Mônica Aguiar Inocente			
				Ramais: 3496/3497			
				Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas			
				Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121			